



Centro de Resolução Extrajudicial de Litígio de Angola

**DISSERTAÇÃO COM VISTA À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DIREITO NA
ESPECIALIDADE DE DIREITO FORENSE E ARBITRAGEM**

OSVALDINA CÂMIA DE LOURDES GIL CASSUMBA

ORIENTADORA: MARGARIDA REGO

LISBOA, FEVEREIRO DE 2019

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE ANTI-PLÁGIO

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Lisboa, fevereiro de 2019

(Osvaldina Câmia de Lourdes Gil Cassumba)

Número de caracteres presente no trabalho:

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por tudo, sem ele nada seria.

À Professora Doutora Margarida Rego, pela devotada disponibilidade e celeridade com que respondia às minhas solicitações e pela rigidez crítica com que sempre orientou este trabalho;

Ao meu esposo e filhos, por todo o apoio que sempre me deram e pela compreensão que tiveram, nas inúmeras horas em que ficaram privados da minha companhia;

Aos professores da Faculdade de Direito Universidade Nova de Lisboa que contribuíram para a minha formação académica, especialmente à Professora Doutora Mariana França Gouveia, pelo seu contacto no Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios em Angola, se não fosse o seu estágio nunca seria realizado nesta instituição.

Ao colega de turma Ricardo Lobato, do Curso de Direito Forense e Arbitragem, ano letivo 2015/2016, pelas suas explicações quando me inquietaram dúvidas sobre a disciplina de Introdução à Arbitragem, lecionada pela Professora Mariana França Gouveia, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Aos profissionais do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios, Dra. Sofia Vale, Dra. Sandra, Dr. Josias, Dra. Franchina, pela sua hospitalidade e apoio profissional.

Centro de Resolução
ial de Litígios de Angola

LISTA DE ABREVIATURAS

Ac. - Acórdão

Art./Arts. - Artigo/artigos

al. - Alínea

CC - Código Civil

CCI - Câmara de Comércio Internacional

CPC - Código do Processo Civil

CRA - Constituição da República de Angola

CREL – Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios

IBA - *International Bar Association*

LM - Lei da Mediação

LAV - Lei de Arbitragem Voluntária

Nº/N^{os} - Número/números

FDUNL - Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Kz - Kwanza

Proc. - Processo

RA - Regulamento da Arbitragem

STJ - Supremo Tribunal de Justiça Português

TRL - Tribunal da Relação de Lisboa

UNCITRAL - Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional

UNL - Universidade Nova de Lisboa

Centro de Resolução
ial de Litígios de Angola

RESUMO

O trabalho que se apresenta diz respeito a um relatório de estágio curricular realizado no Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios de Angola, entre fevereiro e junho 2018.

Atualmente, tem-se vindo a notar que, a nível mundial, na eventualidade de um determinado litígio, este é resolvido alternativamente pelos novos Meios de Resolução Extrajudicial de Litígio, prescindido dos tribunais judiciais. Assim, é motivante entender como estes novos meios de resolução de litígios se processam em Angola, através do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios, com maior destaque para a arbitragem, analisando-se teoricamente os requisitos da validade e eficácia da convenção de arbitragem, tendo em conta os vícios constatados nas convenções de arbitragem apresentadas pelas partes.

O relatório estará organizado em três partes. A primeira tem a ver com o enquadramento funcional do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios, em Angola e os seus elementos essenciais para o prosseguimento da sua atividade. A segunda consiste numa análise prática de casos pertinentes que deram entrada no Centro, aprofundando com um maior particularidade as questões onde houve participação direta com os serviços de mediação e arbitragem. Por último, a última parte, onde se analisa teoricamente os pressupostos da validade da convenção de arbitragem.

Palavras-Chave: Convenção de Arbitragem, conteúdo, forma, validade e eficácia.

Centro de Resolução
ial de Litígios de Angola

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE ANTI-PLÁGIO	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	v
RESUMO	vii
 INTRODUÇÃO.....	 1
 PARTE I - O CENTRO DE RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIO DE ANGOLA.....	 3
1. Enquadramento	3
2. Instrumentos fundamentais para atividade do Centro	5
2.1. Normas implementadas.....	5
2.2. O regulamento do CREL	6
2.2.1. Lei da mediação e conciliação.....	7
2.2.2. Regulamento da arbitragem	9
2.2.3. Abordagem prática do regulamento do CREL.....	14
2.3. Lista de árbitros	18
2.3.1. Regulamento sobre o árbitro de emergência	18
2.3.2. Código de ética deontológico profissional do árbitro.....	21
2.3.3. Encargos dos serviços no CREL	22
2.3.4. Estatuto jurídico do CREL	24
2.4. Recursos humanos.....	24
2.4.1. Direção do Centro.....	25
2.4.2. Serviços de apoio	25
 PARTE II - QUESTÕES EMERGIDAS AO LONGO DO ESTÁGIO	 27
1. Enquadramento	27
2. Arbitragem	27
1).....	28
2).....	29

ial de Litígios de Angola

3)	30
4)	30
3. Mediação	34

PARTE III - ESTUDO TEÓRICO SOBRE A VALIDADE DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM NO CREL

1. Enquadramento	35
2. Forma e conteúdo da convenção arbitral e seus efeitos	37
2.1. Forma	37
2.2 Exigência de forma escrita	39
2.3. Convenção de arbitragem por referência a outros documentos	39
2.3.1. Convenção de arbitragem celebrada por meios eletrónicos	40
2.3.2. Convenção de arbitragem por manifestação tácita do consentimento	41
2.3.3. A convenção de arbitragem com o valor do silêncio	41
2.4. Conteúdo	42
3. Realidade angolana	44
3.1. Conteúdo	46
3.1.1. Números de árbitros	48
3.1.2. Regras processuais	49
3.1.2.1. Na arbitragem interna	49
3.1.2.2. Na arbitragem internacional	50
3.1.3. Língua	52
3.1.4. Direito aplicável	53
3.1.5. A sede	55
4. O conteúdo da convenção no CREL	58
CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÃO FINAL	61
BIBLIOGRAFIA	64

INTRODUÇÃO

Tendo em conta o regulamento do 2º Ciclo do curso de Mestrado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FDUNL), em que dá a oportunidade aos estudantes de escolher entre realizar uma dissertação, relatório referente a um estágio curricular ou projeto, com vista a consolidar os conhecimentos teóricos e práticos, optei por realizar o estágio curricular no Centro de Resolução Extrajudicial de Litígio de Angola, considerando ser uma experiência enriquecedora quer seja a nível pessoal e profissional, tendo em conta as novas exigências do mercado de trabalho.

A minha vida académica nesta instituição teve o seu início em 2015, no mestrado em Direito Forense e Arbitragem, após ter concluído a licenciatura em 2008, em Angola, tendo sido a FDUNL uma segunda casa durante estes anos. A decisão em frequentar o Mestrado na Universidade Nova de Lisboa (UNL) deve-se ao facto de ser uma das Universidade em Portugal que, atualmente, tem dado respostas às novas exigências do mundo profissional e académico, permitindo deste modo, obter melhores conhecimentos para estar apta para os novos desafios dos mercados de trabalho.

Nos últimos tempos, em Angola, passou a falar-se muito em arbitragem e mediação, como um dos meios alternativos de resolução de litígio. Como advogada estagiária, numa sociedade de advogados, senti a necessidade de me capacitar profissionalmente com novas ferramentas profissionais para, futuramente, servir os meus constituintes. Assim, após consulta do conteúdo programático do curso de Direito Forense e Arbitragem na FDUNL, resolvi candidatar-me a fim de obter conhecimentos sobre os vários meios de resolução de litígios.

Para consolidar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de mestrado em Direito Forense e Arbitragem à prática, optei por realizar o estágio curricular no Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios de

Angola, doravante designado por CREL. Esta escolha deveu-se ao facto desta ser uma instituição pioneira em Angola, e porque num futuro próximo perspetivo trabalhar com estes meios alternativos de litígio, contribuindo desta forma, para a sua promoção, visto que em Angola poucos advogados e magistrados dominam estas matérias. Tudo isto pesou na minha decisão de realizar o estágio no CREL, o que me permitiu estar melhor preparada para o mercado profissional.

Atinente ao estágio, teve-se expectativa em perceber a dinâmica do centro no seu dia-a-dia. Debrucei-me sobre o comportamento das partes face aos novos meios alternativos de resolução de litígio, e a sua relação com os diversos especialistas envolvidos na resolução das suas contendas, bem como o problema que veio a identificar-se sobre a validade e eficácia da convenção de arbitragem apresentada pelas partes.

Neste relatório, começou por fazer-se o enquadramento funcional do CREL, bem como uma descrição dos instrumentos que estão à disposição para o desenvolvimento das suas atividades.

Num segundo momento, é feita indicação dos casos que deram entrada no CREL. Descreve-se as cláusulas das convenções inseridas nos contratos das partes como sendo um dos problemas constatados, visto que estas não conferiam competência ao Centro, por terem sido consideradas inválidas e, por último, fez-se a análise teórica dos requisitos da validade da convenção de arbitragem.

Na conclusão, é feito um balanço geral do estágio, e uma resenha sobre todos capítulos do relatório e por último, são apresentadas breves considerações e algumas sugestões de soluções para a resolução dos problemas identificados durante o estágio.

PARTE I - O CENTRO DE RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIO DE ANGOLA

1. ENQUADRAMENTO

Tendo em conta o princípio do “acesso ao direito da tutela jurisdicional efetiva” previsto no artigo 29.º da Constituição da República de Angola (CRA), o Estado angolano teve a necessidade de criar novas formas de resolução de conflitos, através dos meios de resolução extrajudicial de litígios, com vista a garantir a proteção e o exercício dos direitos do cidadão e o acesso ao direito e à justiça.

Assim, foi criado por Decreto executivo nº 230/14 de 27 de junho o CREL, mas havia a necessidade de regulamentar o procedimento de arbitragem. Por isso, o Decreto Executivo n.º 244/14, de 4 de julho vem aprovar o regulamento do Centro.

O CREL é uma instituição sem fins lucrativos, que administra os vários meios alternativos de resolução extrajudicial de litígios, com controvérsia em matérias de conflitos laborais, familiares, cível, comercial, consumo e ambiente e mesmo penais. Tem como finalidade estabelecer o diálogo, garantindo aos cidadãos o acesso, num único espaço, aos serviços de todos os meios de resolução extrajudicial de litígios, com vista a encontrar a solução das suas disputas tornando a justiça de forma mais eficaz, e mais próxima aos cidadãos.

O CREL é um “serviço” assegurado pela Direção Nacional para Resolução Extrajudicial de Litígios, do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos¹. Conta com 5 anos de existência, representando assim uma nova era na administração do sistema judicial angolano. O CREL orienta-se pelas suas próprias regras de funcionamento, que são os seus Regulamentos.

1 Cf. Decreto executivo nº 230/14, de 27 de junho.

Com a abertura do CREL, a justiça apresenta um sistema integrado de serviços, sendo estes: a informação e consulta jurídica, a mediação, a arbitragem e, num futuro próximo, a defesa pública. Este novo modelo visa complementar e melhorar a capacidade de resposta da Justiça Angolana. Para a prestação destes serviços, o CREL conta com o contributo de técnicos especializados em diversas áreas, advogados e advogados estagiários, mediadores e árbitros nacionais e internacionais.

Inicialmente, o CREL foi criado para ajudar os mais carenciados a ter o acesso à justiça de forma facilitada, através da assistência judiciária. Atualmente não é assim que o Centro funciona, visto que para se obter os referidos serviços é necessário proceder ao seu pagamento, conforme estabelece o regulamento das taxas².

Desde a sua criação, o Centro resolveu uma série de litígios pela via de mediação em detrimento da arbitragem, onde nunca se realizou qualquer processo. Durante o ano são promovidos no CREL, em média, 1300 processos todos em matéria de mediação, sendo 100 a 111 por mês.

Quanto ao tempo, os litígios na mediação demoram em média 15 dias até ser proferida uma decisão.

Relativamente ao número de processos que dão entrada no centro, é inferior aos que dão entrada no tribunal. Tal facto ocorre por razões de cultura jurídica e ausência de conhecimento dos serviços do CREL.

Porém, os litígios resolvidos no CREL acabam por ser mais céleres e eficazes, facto que poderia ser utilizado na promoção do Centro.

Atualmente, este serviço existe apenas em Luanda – Miramar, mas perspetiva-se a sua expansão a todo o país.

2 Cf. Decreto executivo conjunto nº 259/16, de 17 de junho.

2. INSTRUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA ATIVIDADE DO CENTRO

Nesta fase introdutória é relevante clarificar quais são os meios à disposição do Centro para prosseguir a sua atividade. Nesta conformidade esclarece-se que, foi criado o site www.crel.co.ao, onde obtemos informações sobre o Centro relativamente às ferramentas de trabalho. Porém estes serviços gozam apenas de autonomia metodológica e funcional³.

Como já foi salientado, a mediação é a área do CREL que tem tido maior atividade, em detrimento da arbitragem.

O CREL é administrado por um coordenador administrativo nomeado por ato do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos⁴, após proposta da Direção Nacional para Resolução Extrajudicial de Litígio, e depois de ouvido o Delegado Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos.

2.1. NORMAS IMPLEMENTADAS

O CREL é uma instituição que administra os vários meios alternativos de resolução extrajudicial de litígios com controvérsia em matérias de conflitos laborais, familiares, cível, comercial, consumo e ambiente e mesmo penais. Tem como finalidade estabelecer o diálogo, garantindo aos cidadãos o acesso, num único espaço, aos serviços de Informação Jurídica, Consulta Jurídica, Mediação, Conciliação, Arbitragem e Defesa Pública, tornando a justiça de forma mais eficaz e mais próxima aos cidadãos.⁵

Sendo o CREL um espaço que congrega os vários meios de resolução extrajudicial de litígio, ele rege-se por diplomas próprios tais como:

3 Cf. Decreto executivo 230/ 14, de 2 de junho.

4 Cf. Decreto executivo 230/14, de 2 de junho.

5 Cf. art.º 3 do Regulamento do Centro.

regulamentos do CREL, regulamento das taxas, lei da Mediação e a lei da Arbitragem.

2.2. O REGULAMENTO DO CREL

O regulamento do CREL conta com 4 capítulos e 1 anexo: o quadro de pessoal do centro de resolução extrajudicial de litígios.

Quanto ao primeiro capítulo, refere-se à fundação do CREL pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, e é assegurado pela Direção Nacional para Resolução Extrajudicial de Litígios.

No capítulo dois, apresenta-se a autonomia metodológica e funcional do CREL, tendo um horário equivalente ao da função pública. Sabe-se que a administração do Centro é assegurada por um Coordenador Administrativo, nomeado pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, após proposta pela Direção Nacional para Resolução Extrajudicial de Litígio.

Ao Coordenador Administrativo compete designar os mediadores, conciliadores e árbitros, a fim de ajudar as partes na resolução dos litígios submetidos ao CREL, sempre que os litigantes não escolham ou não acordem quanto ao terceiro decisor.

Havendo impedimento ou ausência do Coordenador, este é substituído pelo Secretário-geral em funções de serviço no CREL⁶.

Os serviços prestados no CREL são dirigidos por Coordenadores de Serviços, a quem compete a gestão técnica dos mesmos.

O terceiro capítulo diz respeito às despesas, definindo-se que essas são arrecadadas pelos serviços prestados.

Por último, o quarto capítulo, define o quadro de pessoal do CREL constituído por uma Coordenação Geral, por Técnicos Superiores, Técnicos

6 Cf. art.9.º Al) c e n 4.º, do Regulamento do CREL.

médios, Administrativos e Auxiliares. Quanto ao primeiro grupo de pessoal este é coordenado por um Coordenador Administrativo, Secretário-geral, Coordenador de Serviço. Conta também com Técnicos Superiores (Chefes de Secretária, Técnico de Informática e Contabilista), Técnico Médio (Motorista de ligeiros, telefonista principal), Administrativo (constituído apenas por tesoureiro principal) e, por último, Auxiliares (Auxiliar Administrativo Principal e Auxiliares de limpeza).

2.2.1. LEI DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

A mediação é um meio de resolução alternativa de litígios, realizado por entidades públicas ou privadas, através da qual duas ou mais pessoas em controvérsia procuram voluntariamente alcançar um acordo com auxílio de um mediador de conflito, sem que este influencie no acordo⁷.

Todavia, este serviço é realizado no CREL, tendo sido por isso criada a lei da mediação, com vista a estabelecer as normas sobre a constituição, organização, procedimento de mediação e conciliação, enquanto meio de resolução extrajudicial de litígios⁸. A referida lei encontra-se dividida em 9 capítulos: I Disposições Gerais, II Princípios, III Procedimento de Mediação, IV Mediadores e conciliadores de conflitos privados, V Regime dos Centros de Mediação, VI Mediação e Conciliação Familiar, VII Mediação Penal, VIII Mediação e Processo Judicial e IX Disposições Finais e Transitórias.

Um dos princípios regulados na lei da mediação é o princípio da executoriedade, previstos no artigo 12.º e 2.º, citado no III capítulo da Lei da Mediação. Segundo este princípio, o acordo obtido no processo de mediação tem força executiva, sem necessidade de homologação judicial. O acordo mediado deve ser executado pelas partes dentro do prazo fixado para o cumprimento voluntário. Havendo convenção em contrário, o prazo é

7 Cf. art. 2.º Al) g da Lei da Mediação.

8 Cf. art. 1.º da Lei da Mediação.

de 15 dias contando da data em que foi elaborado, podendo assim a parte interessada requerer a sua execução forçada perante o tribunal competente, nos termos da Lei do Processo Civil. Sendo o acordo anulado apenas nas situações previstas no art.º 20.º da Lei da Mediação⁹.

O capítulo III, no seu art.º 18.º, estabelece que o processo da mediação inicia-se quando uma das partes interessadas na relação jurídica controvertida solicita o agendamento da sessão de pré-mediação, numa primeira fase de índole informativo, não remuneratória, sem compromisso, onde o mediador de conflito explica o funcionamento da mediação e as regras do procedimento, respeitando sempre o princípio da autonomia da vontade das partes.

Estabelece ainda que o processo de mediação se inicia, quando for solicitado pela Inspeção Geral do Trabalho, pelo Tribunal, Ministério Público, Conservatória do Registo Civil, bem como outras instituições Essenciais à Justiça nos termos da Constituição.

A Lei da Mediação, no capítulo VII, prevê a mediação penal, nas situações em que o crime for de natureza particular, quer seja nos crimes contra o património ou contra as pessoas, dependendo tal facto de queixas. No entanto, não pode ocorrer mediação penal nas situações previstas dos nºs 3.º ao 6.º do art.º 49.º do supra diploma¹⁰.

A assinatura do acordo pressupõe a desistência da queixa por parte do ofendido, e não sendo cumprido, o ofendido pode renovar a queixa no prazo de três meses, reabrindo a instrução preparatória¹¹.

9 Cf. art.12.º da Lei da Mediação.

10 O tipo de crime prevê a pena de prisão de limite máximo de 5 anos, quando se trate de processo crime contra a liberdade ou autodeterminação sexual, quando se trate de crime de peculato, corrupção, ou tráfico de influência e tratando-se de ofendido menor de 16 anos, bem como ofendido sem discernimento,.

11 Cf. art.52.º nº 4 da Lei da Mediação.

Quanto ao acordo de mediação, não pode incluir sanções privativas da liberdade ou deveres que ofendam a dignidade do arguido¹².

Em relação ao VIII capítulo, sobre a Mediação e o Processo Judicial, o réu pode requerer, durante a fase de instrução, a suspensão da instância e remeter o processo a mediação, conforme ocorre nas propostas de ações relacionadas a questão abrangida pela convenção¹³.

Suspende-se o prazo de caducidade e prescrição, quando houver recurso à mediação, isto a partir da data em que for assinada a convenção de mediação ou no caso de a mediação ser realizada nos centros públicos, havendo acordo entre as partes¹⁴.

Por último, o IX capítulo estabelece as disposições finais.

2.2.2. REGULAMENTO DA ARBITRAGEM

A Arbitragem constitui um mecanismo extrajudicial privilegiado, não só pelos operadores privados como pelo próprio Estado, para a solução dos eventuais conflitos sobre direitos patrimoniais. Está considerada disponível por lei, devido às enormes vantagens que lhe são reconhecidas, designadamente, a sua celeridade e flexibilidade, bem como a liberdade das partes no processo de escolha e nomeação dos árbitros, aliados ao seu carácter sigiloso e propício à transação¹⁵.

Entretanto, poderão ocorrer situações em que as partes estabelecem regras processuais específicas aplicáveis ao litígio concreto, remetendo posteriormente para regulamentos do centro de arbitragem.

Portanto é nesta senda que passaremos analisar o Regulamento da Arbitragem do CREL.

12 Cf. art. 53.º n.º 2 da Lei da Mediação.

13 Cf. art. 56.º n.º 2 da Lei da Mediação.

14 Cf. art. 57 n.º 1 da Lei da Mediação.

15 Cf. FERNANDES Bartolomeu, *Arbitragem Voluntária como Meio Extrajudicial de Resolução de Conflitos em Angola*, p. 5.

No nosso entender, o regulamento de arbitragem do CREL, deve ser analisado e interpretado de acordo a Lei de Arbitragem Voluntária (LAV) de Angola, visto que o regulamento espelha algumas regras que vêm previstas na referida lei.

O regulamento encontra-se dividido em 7 capítulos e contempla 2 anexos: o regulamento sobre o árbitro de emergência e o código de ética e deontologia profissional dos árbitros.

Depois da entrada em vigor da LAV, era fundamental adequar o regulamento arbitral, pelo que, em 11 de maio de 2017 entrou em vigor o novo regulamento de arbitragem no CREL.

O regulamento do Centro inicia-se com o requerimento de Submissão à Arbitragem no Secretariado do CREL, juntando a convenção de arbitragem ou proposta dirigida à outra parte para a sua celebração. O demandante, no momento da apresentação do requerimento, deve efetuar o pagamento de uma taxa, nos termos do Decreto Executivo Conjunto que aprova o Regulamento das Taxas de Mediação, Conciliação, Arbitragem e Consulta Jurídica do CREL. Este valor não é reembolsável no caso em que a arbitragem não prossiga, condicionando a citação do demandado.

Porém, o demandante deve indicar uma série de elementos, nomeadamente a identificação das partes, a descrição sumária dos factos, o respetivo valor e designação do árbitro que lhe pretende designar, e outras circunstâncias relevantes. O Secretariado no prazo de cinco dias, após a receção do requerimento promove a citação do demandado, remetendo um exemplar do requerimento da Arbitragem para apresentar respostas num prazo de 15 dias¹⁶. No âmbito do objeto do litígio, o demandado pode apresentar reconvenção¹⁷, ao contrário da LAV, que nada estabelece.

¹⁶ Cf. art.19.º e 20.º do Regulamento e 13.º da LAV.

¹⁷ Cf. art. 21.º do Regulamento do CREL.

Relativamente à constituição do tribunal arbitral, está prevista¹⁸ uma regra especial onde se estabelece que, se o Tribunal Arbitral for constituído por único árbitro, e, caso as partes não cheguem a um acordo quanto à designação do árbitro, a escolha é feita pelo Coordenador Administrativo, escolhendo um dos árbitros que constam da lista do CREL. Ao invés, na regra da LAV, a escolha compete ao Presidente do Tribunal Provincial da sede onde ocorre a arbitragem ou no domicílio do requerente, sendo o requerente estrangeiro poderá ser designado o árbitro pelo Presidente do Tribunal Provincial de Luanda¹⁹.

Quanto à aceitação do encargo de definido existe um prazo diferente do apresentado na LAV, visto que o regulamento considera aceite o encargo num prazo de 20 dias a contar da data da assinatura da declaração de aceitação em modelo fornecido pelo CREL²⁰. A LAV estabelece o prazo de 8 dias.²¹

Depois é definido que o árbitro que aceitar a responsabilidade, se escusar, de forma injustificada, o cargo aceite, causando dano às partes, incorrerá em responsabilidade civil nos termos gerais do direito²².

Está estabelecido no Regulamento do CREL²³ a constituição do tribunal arbitral, a partir do momento em que haja aceitação do encargo pelo árbitro ou árbitros que o compõem. Estabelece ainda que o Coordenador Administrativo do CREL tem competência para recusar a constituição do tribunal arbitral, no caso da inexistência ou manifesta nulidade da convenção arbitral e disposições inderrogáveis do regulamento. O Coordenador Administrativo do CREL tem competência também para recusar a constituição do tribunal arbitral quando não existe convenção de

18 Cf. art. 8.º n.º 2 do Regulamento do CREL.

19 Cf. art.º 14.º n.º 2.º da LAV.

20 Cf. art. 10.º n.º 2.º do Regulamento do CREL.

21 Cf. art. 9º n.º 2 da LAV.

22 Cf. art. 10.º n.º 4 do Regulamento CREL e o n.º 3 do art.º 9.º da LAV.

23 Cf. art. 27 do Regulamento do CREL.

arbitragem, e o requerente tenha apresentado proposta de celebração de convenção de arbitragem que remeta para o regulamento do CREL e a outra parte, após citação não apresenta contestação ou recuse a realização da arbitragem, as partes não tenham prestado provisão inicial para encargos de arbitragem.

O regulamento de Arbitragem do CREL, estabelece que todos os árbitros envolvidos na resolução do litígio pela Arbitragem devem assinar uma declaração de imparcialidade, independência e disponibilidade²⁴.

A LAV estabelece de forma clara que todos os árbitros envolvidos na arbitragem devem decidir com imparcialidade e independência e imparcialidade²⁵. Esclarece ainda que um árbitro só poderá ser recusado se existirem circunstâncias que possam, objetivamente, suscitar fundadas dúvidas sobre a sua independência, imparcialidade ou disponibilidade, ou não apresentar as qualificações exigidas pelas partes²⁶.

Quando for necessário alguma decisão, não havendo entendimento entre as partes, cabe sempre ao Coordenador Administrativo do centro tomar a decisão, seja a de escolher o árbitro, seja a de o destituir.²⁷

A LAV não discrimina os prazos para apresentação da petição arbitral, contestação ou outras respostas, ao passo que o regulamento do Centro estipula o prazo de 5 dias para citação do demandado, e este último tem o prazo de 15 dias para apresentar a sua contestação, sendo tal prazo prorrogável²⁸.

O regulamento prevê regras específicas sobre o procedimento do processo arbitral, nomeadamente audiência preliminar onde se definem as diretrizes

24 Cf. arts. 10.º nº 3 e 11 do Regulamento do CREL.

25 Cf. art. 15.º da LAV.

26 Cf. art. 12.º do Regulamento do CREL.

27 Cf. art. 13.º e 27.º do Regulamento do CREL.

28 Cf. art. 20.º do Regulamento do CREL.

de como ocorrerá o processo arbitral, dentre elas, as diligências e produção de prova²⁹, as alegações orais e o encerramento do debate³⁰.

A intervenção de terceiros também é um dos temas que vem referenciado no regulamento da arbitragem no CREL, em que só é admissível (a intervenção de terceiros) quando estes estejam vinculados pela mesma convenção de arbitragem ou quando estes terceiros estejam vinculados por outra convenção de arbitragem, em que se fundamenta o requerimento do pedido da arbitragem, outrossim quando no momento da celebração da convenção de arbitragem todas as partes tenham concordado com o processo de arbitragem.³¹

Quanto à sentença arbitral, o regulamento estabelece que o tribunal arbitral pode decidir o mérito da causa através de uma única sentença ou de tantas sentenças parciais quantas achar necessárias, tendo os mesmos efeitos das sentenças judiciais e com força executiva, havendo condenação³².

As regras sobre a impugnação, anulação e recorribilidade da sentença arbitral são aplicadas segundo a LAV³³.

O capítulo VI do regulamento consagra a regra da renúncia à oposição³⁴, que esclarece que se uma das partes, tomando conhecimento que não foi respeitada uma disposição da convenção de arbitragem ou do regulamento, não deduzir oposição de imediato, havendo prazo para o efeito, fica precludida a hipótese de as partes apresentarem a sua oposição. Desta feita considerar-se-á que a parte renunciou ao direito, de com tal fundamento, impugnar a sentença arbitral.

29 Cf. art. 31.º do Regulamento do CREL.

30 Cf. art.º 32.º do Regulamento do CREL.

31 Cf. art.º 25.º do Regulamento CREL.

32 Cf. art.º39.º nº 2 e 3 do Regulamento do CREL o regulamento em conformidade com o art.º 33 .º da LAV.

33 Cf. art. 34º ao 36.º da LAV.

34 Cf. art. 43.º do Regulamento do CREL.

Sobre esta última parte, a LAV nada diz quanto à renúncia à oposição ou oposição imediata preclusão do ato em si, apenas estabelece os fundamentos para a ação de anulação, o que parece sugerir que o Regulamento do CREL é mais exigente neste aspeto. Quanto a esta problemática, o importante, é que se observe o princípio do processo justo e equitativo, significando assim, se a uma das partes lhe for concedida a oportunidade de apresentar a sua defesa de forma extemporânea, também a outra parte deve usufruir do mesmo direito.

No que diz respeito às citações, notificações e comunicações, o Regulamento da arbitragem do CREL³⁵ estabelece que estas são efetuadas por qualquer meio que proporcione prova da receção, tal como carta registada, entrega de protocolo ou correio eletrónico.

Quanto à parte dos encargos de arbitragens, bem como o honorário do árbitro, estes são determinados no Decreto executivo Conjunto nº 259 /16, de 1 de junho, que aprova o Regulamento das Taxas de Mediação, Conciliação, Arbitragem e Consulta Jurídica do CREL³⁶.

O Regulamento estabelece que se não for paga a provisão inicial, a arbitragem não prossegue, dando assim por findo o procedimento arbitral. Se a falta de pagamento for do requerido, a arbitragem prossegue, sob pena de não ser aceite a sua defesa³⁷.

2.2.3. ABORDAGEM PRÁTICA DO REGULAMENTO DO CREL

Depois da análise ao Regulamento do CREL, é necessário abordar como se processa, na prática, a resolução de litígios através dos diferentes meios de resolução extrajudicial de litígios no Centro.

³⁵ Cf. art. 45.º do Regulamento do CREL.

³⁶ Cf. arts. 48.º e 50.º do Regulamento do CREL.

³⁷ Cf. art. 51º nº 3 do Regulamento do CREL.

Os meios de resolução alternativa de litígios podem definir-se como o conjunto de procedimentos de resolução de conflitos alternativos aos meios judiciais.

A mediação, a conciliação e a arbitragem, são novos meios e formas de resolução, autocompositiva ou heterocompositiva, dos litígios, isto é, de composição extrajudicial de conflitos³⁸.

A mediação é entendida como o método de resolução alternativa de litígios, realizado por entidades públicas ou privadas, através do qual, duas ou mais pessoas em controvérsias procuram voluntariamente alcançar um acordo com auxílio de um mediador de conflitos, sem que este influencie no acordo³⁹.

O conciliador propõe acordo às partes⁴⁰.

A arbitragem, em termos gerais, é definida como uma das formas de resolução alternativa de litígio em que as partes confiam a decisão de uma questão que as opõe, a um ou mais árbitros, organizados em tribunal arbitral, cuja sentença constitui título executivo.⁴¹

Não obstante à definição geral, podemos adiantar também que a Arbitragem é um meio de resolução alternativo de litígio adjudicatório, na medida em que o litígio é decidido por um terceiro, sendo esta decisão vinculativa às partes.⁴²

Quanto à Arbitragem no CREL poucos são os processos que têm dado entrada. Desde a criação do CREL, em 2014, apenas 6 processos deram entrada, dos quais nenhum obteve uma decisão.

38 Cf. art. 14.º nº 4 da CRA.

39 Cf. art. 2.º alínea g) da Lei da Mediação.

40 Cf. última parte da alínea e) do artigo 2.º da Lei da Mediação.

41 Cf. FERNANDES, Bartolomeu, *Arbitragem Voluntária como Meio Extrajudicial de Resolução de Conflitos em Angola*, p.18.

42 Cf. GOUVEIA Mariana França, *Meios de resolução extrajudicial de litígio*, p. 119.

Relativamente à mediação Penal, apesar de estar regulamentada, esta nunca ocorreu, por ausência de especialistas, sendo difícil a sua realização, num futuro próximo.

Esses mecanismos extrajudiciais ou alternativos de litígios visam, por um lado, descongestionar e reduzir as pendências nos tribunais judiciais e proporcionar maior eficácia e celeridade na resolução de conflitos, bem como, reduzir custos e a demora dos procedimentos. Visam, igualmente, estimular a participação da sociedade em geral, dos comerciantes, dos investidores, e do próprio Estado na resolução dos litígios, ao invés da via judicial, que por regra, é complicada e burocratizada⁴³.

O ordenamento jurídico angolano, sob pena de denegação a justiça, coloca ao dispor dos interessados os meios e formas extrajudiciais de resolução de conflitos, tais como a mediação, conciliação e arbitragem.⁴⁴

Os referidos meios de resolução alternativa de litígios são, por via da regra, voluntários, dependendo da vontade das partes aderir ou não a um dos meios alternativos.

O regulamento do CREL prevê 5 (cinco) serviços, nomeadamente, Informação Jurídica e Consulta Jurídica, Mediação, Conciliação, Arbitragem e Defesa Pública⁴⁵. Acontece que, na prática, apenas são realizados os 2 (dois) primeiros serviços. Quanto à Defesa Pública e Arbitragem nunca foi realizada, sendo difícil a mediação penal num futuro próximo.

O processo de Informação Jurídica e Consulta Jurídica inicia-se com o atendimento das partes na área de informação e consulta jurídica (Secretariado), em que um dos consulentes expõe verbalmente o dissídio que a opõe com a outra parte. Ouvida e analisada a questão por um dos especialistas colocados na referida área, e havendo a necessidade de

43 Cf. FERNANDES, Bartolomeu, *Arbitragem Voluntária como Meio Extrajudicial de Resolução de Conflitos em Angola*, p.18.

44 Cf. Princípio da tutela jurisdicional efetiva, art. 29.º da CRA.

45 Cf. art. 4.º do Regulamento do CREL.

melhores esclarecimentos técnicos, o processo é encaminhado para os advogados do CREL para uma consulta jurídica. Caso este venha acompanhado ou representado pelo seu advogado, não necessita de ter assistência por um advogado do CREL, porque presume-se estar tecnicamente esclarecido sobre os seus direitos e deveres, sendo nestas situações encaminhando de imediato ao processo de mediação, caso a questão seja mediável.

Posto isto, é notificada a outra parte num prazo de 15 dias, para se dar início ao processo de mediação.

O mesmo acontece na Arbitragem, em que o consulente apresenta o requerimento de Submissão a Arbitragem ao Secretariado, juntando a convenção de arbitragem, que torna o litígio arbitrável, ou a proposta dirigida à outra parte, para sua celebração. O requerimento deve constar da descrição sumária do pedido, a identificação das partes, o valor do pedido, e, se for caso disso, a designação do árbitro de parte, ou quaisquer outras indicações relativas à constituição do Tribunal Arbitral.

Posto isto, a Secretaria do CREL deve citar a parte contrária, no prazo de 5 dias, para que escolha o seu árbitro e apresente contestação num prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável.

Acontece que, na prática, isto não ocorre, visto que as partes, muitas vezes, aparecem com convenções Arbitrais que não estão previstas no CREL para dirimir o conflito existente, ou porque o valor em causa não justifica arbitragem. Por estes factos não foi possível ser realizada nenhuma arbitragem.

O CREL tem condições criadas, desde infraestruturas e listas de árbitros nacionais e internacionais de diferentes especialidades. Não obstante a isto, é permitido que as partes optem por árbitros que não são fornecidos pela lista de árbitros do CREL.

2.3. LISTA DE ÁRBITROS

Com vista a ajudar as partes na escolha de árbitros, o CREL conta com uma lista de árbitros que engloba distintas personalidades do meio da arbitragem em Angola e fora do país. Porém, as partes poderão escolher outros árbitros que não constam da lista do centro.

2.3.1. REGULAMENTO SOBRE O ÁRBITRO DE EMERGÊNCIA

O árbitro de emergência surge no processo arbitral quando as partes ainda não chegaram a acordo quanto à escolha dos árbitros numa fase anterior à constituição do tribunal arbitral.

Para que se pretenda recorrer a um árbitro de emergência é fundamental que se apresente no secretariado um requerimento de designação do mesmo. O requerimento deve conter os elementos idênticos ao requerimento que dá início ao processo arbitral⁴⁶, devendo sempre evocar as razões que fundamentam ser urgente a providência, bem como os motivos que levam a considerar ser titular do direito a proteger.

É o Coordenador Administrativo do CREL que aprecia o Requerimento de Árbitro de Emergência, recusando liminarmente o Requerimento, se este for inadmissível nos termos do Regulamento, nas situações do não pagamento da provisão para encargo do procedimento arbitral, se a convenção de arbitragem for manifestamente nula, ou incompatível com disposições inderrogáveis do regulamento, inexistência de convenção de arbitragem, que atribua competência ao CREL para resolver o conflito⁴⁷.

No que diz respeito, à relação com o procedimento arbitral, o regulamento em questão estabelece que o requerente deve apresentar o Requerimento de submissão de Arbitragem no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da

46 Cf. art. 1º nº 2 do Regulamento de Arbitragem do CREL.

47 Cf. art. 2.º do Regulamento de Arbitragem do CREL.

apresentação do Requerimento de Árbitro de emergência. Porém este prazo pode ser prorrogado pelo prazo de 30 dias, pelo Árbitro de Emergência ou pelo Coordenador Administrativo do CREL, até à nomeação do Arbitro de Emergência⁴⁸.

O Coordenador Administrativo do CREL nomeia o árbitro de emergência, no menor prazo possível, sem exceder o prazo de 2 (dois) dias contados da receção, pelo Secretariado, do Requerimento de Designação de Árbitro de Emergência. Porém este só será nomeado, caso não tenha sido constituído o tribunal arbitral. O árbitro de emergência tem o mesmo estatuto, estando sujeito aos mesmos deveres e sendo titular dos mesmos direitos, que qualquer árbitro nomeado nos termos do Regulamento de Arbitragem. Em matéria de recusa aplica-se o mesmo procedimento do Regulamento da Arbitragem no CREL.

Salvo convenção contrária das partes, o árbitro de emergência não pode atuar como árbitro em nenhuma arbitragem relacionada com o litígio subjacente ao Requerimento de Designação de árbitro de emergência⁴⁹.

O procedimento de árbitro de emergência é o mesmo do da arbitragem⁵⁰, e o árbitro de emergência pode conduzir o procedimento do modo que considerar mais apropriado, atendendo à natureza, à especial urgência do processo e dando oportunidade às partes de fazer valer os seus direitos. O árbitro de emergência, no prazo máximo de 2 (dois) dias a contar da data da remissão do processo pelo Secretariado, estabelece um calendário provisório para o procedimento, dando a possibilidade de o requerido se pronunciar sobre o requerimento apresentado pelo requerente, bem como da data à qual a decisão será proferida.⁵¹ O árbitro de emergência tem o prazo de 10 (dez) dias para proferir a decisão, a partir da data em que o procedimento lhe tenha sido transmitido ou da data da comunicação do

48 Cf. art. 3.º do Regulamento de Arbitragem do CREL.

49 Cf. art. 4.º do Regulamento de Arbitragem do CREL.

50 Cf. art. 5.º do Regulamento de Arbitragem do CREL.

51 Cf. art. 6.º do Regulamento de Arbitragem do CREL.

Requerimento de Designação de árbitro de emergência, pelo requerido, podendo o Coordenador Administrativo do CREL, por sua iniciativa ou mediante pedido fundamentado do árbitro de emergência, fixar um prazo mais longo⁵².

Em relação à decisão do árbitro de emergência, para ser válida e eficaz deve ser devidamente fundamentada, tal como ocorre na decisão final⁵³.

A decisão proferida pelo árbitro de emergência é obrigatória para as partes^{54,55}.

Por último, resta analisar os encargos relativos a todo processo⁵⁶, quanto aos honorários do árbitro de emergência, tendo em conta o caso concreto, tem como limite o valor de 250.000.000 Kwanzas (Kz), sendo o mesmo para encargos administrativos. Para garantir o pagamento dos encargos do procedimento, o requerente paga, no momento da apresentação do requerimento, uma provisão de 1.750.000.000 Kz^{57,58}.

52 Cf. art. 7º do Regulamento de Arbitragem do CREL.

53 Cf. art. 8º do Regulamento de Arbitragem do CREL.

54 Cf. art. 9º nº2 do Regulamento de Arbitragem do CREL.

55 O Coordenador Administrativo do CREL pode extinguir o procedimento do árbitro de emergência, nos termos do Regulamento, quando não seja apresentado requerimento de Submissão de Arbitragem num prazo previsto no regulamento se (i) tiver decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da decisão, sem que o tribunal arbitral esteja constituído, (ii) se o pedido de recusa contra o árbitro de emergência for julgado procedente, (iii) se o tribunal arbitral proferir a sentença arbitral final ou (iv) se a arbitragem termine por qualquer razão sem a prolação da sentença arbitral.

56 Cf. art. 10º do Regulamento de Arbitragem do CREL.

57 Taxas do serviço de arbitragem em anexo no Decreto Executivo Conjunto nº 259/16, de 1 de junho, que aprova o Regulamento das Taxas de Mediação, Conciliação, Arbitragem e Consulta Jurídica do CREL.

58 Cf. art. 12º n.º3 do Regulamento das Taxas de Mediação, Conciliação, Arbitragem e Consulta Jurídica do CREL. Decreto Executivo Conjunto nº 259/16, de 1 de junho.

2.3.2. CÓDIGO DE ÉTICA DEONTOLÓGICO PROFISSIONAL DO ÁRBITRO

Uma das vantagens das partes que recorrem à arbitragem é a celeridade na resolução do litígio, porém, é importante que se considere o Código deontológico do árbitro, visto que o código permite evitar muitos problemas relacionados com escusas posteriores de árbitros, bem como no levantamento de suspeições.

O árbitro é uma pessoa singular, dotada de plena capacidade jurídica que, pela sua experiência e qualificações pessoais, académicas e profissionais, oferece garantia de idoneidade para o exercício das suas funções⁵⁹. Deve agir de boa-fé na busca da verdade, com probidade, transparência e rigor, proporcionando às partes, as garantias para assegurar a defesa dos seus direitos e interesses⁶⁰. No momento de aceitação do cargo, deve assinar uma declaração, expressando a sua disponibilidade e respeito por todas as normas e princípios que regulam o código⁶¹.

Os árbitros devem julgar com absoluta imparcialidade, independência e isenção, as questões que sejam submetidas à sua apreciação⁶². Quem for convidado a desempenhar as funções de árbitros, deve revelar todos os factos e circunstâncias que possam criar dúvidas às partes quanto à sua imparcialidade e independência.⁶³

59 Cf. art. 1.º do Código deontológico do árbitro.

60 Cf. art. 2.º nº 2 do Código deontológico do árbitro.

61 Cf. art. 3.º do Código deontológico do árbitro.

62 Cf. art. 3.º do Código deontológico do árbitro.

63 Factos e circunstâncias que possam criar dúvidas às partes: existência de qualquer relação profissional ou pessoal com as partes ou com os seus representantes legais e mandatários, que considere relevantes. Interesse económico ou financeiro, direto ou indireto quanto ao objeto do litígio. Qualquer informação prévia sobre o objeto do litígio.

2.3.3. ENCARGOS DOS SERVIÇOS NO CREL

Os encargos dos serviços do CREL são regulados pelo Decreto Executivo Conjunto nº 259/16, de 1 de junho. As taxas do referido Diploma, incidem sobre os serviços prestados aos particulares, relativamente à Arbitragem, Mediação, Conciliação e Consulta Jurídica.

Porém, o Coordenador Administrativo do CREL, sempre que estejam em causa situações de incapacidade financeira da parte recorrente, pode requerer, junto da Direção Nacional, para Resolução Extrajudicial de Litígios do Ministério da Justiça e Direitos Humanos, a isenção do pagamento de taxas⁶⁴.

Primeiro, passaremos a analisar os encargos dos Serviços de Mediação. Estes são taxados em função da natureza do conflito. Se for de natureza civil e comercial, independentemente dos números de sessões, estes são taxados em 50.000,00 (Cinquenta mil Kz). Assim que o processo for concluído por acordo das partes através da mediação, deverão ser taxados 30.000,00 (Trinta mil Kz). No caso de não haver acordo das partes, ou não haja consentimento da outra parte, apesar das diligências comprovadamente efetuadas pelo mediador deverão ser taxados 10.000,00 (Dez mil Kz). Quanto há mediação familiar e penal são taxados 10.000,00 (Dez mil Kz). Neste caso, havendo acordo, são depois taxados 5.000,00 (Cinco mil Kz) e caso não haja acordo e não haja consentimento da outra parte são taxados 2.500,00 (Dois mil e quinhentos Kz)⁶⁵.

Relativamente ao encargo da arbitragem, resume-se ao pagamento de encargos, administrativos, honorários dos árbitros, bem como a produção

64 Cf. art. 7.º nº 2 do Decreto Executivo Conjunto nº 259/16, de 1 de junho, há isenção de pagamentos de taxas quando (i) o requerimento de qualquer providência é para um filho menor ou em representação de menor, (ii) quando for vítima de acidente de trabalho, (iii) quando estiver privado de liberdade, (iv) quando for vítima de violência doméstica, (v) quando estiver desempregado e não tiver um rendimento mensal superior a três salários mínimos nacionais.

65 Cf. arts. 18.º e 19.º do Decreto executivo conjunto 259/16, de 17 de junho.

de prova⁶⁶. Para o cálculo dos encargos de arbitragem é necessário saber o valor do processo, seguindo a ordem cronológica do anexo da tabela de taxas do serviço de arbitragem⁶⁷.

Posto isto, tem de se pagar os preparos por cada parte envolvida no processo, sob pena da arbitragem não prosseguir, dando por findado o procedimento arbitral⁶⁸. Cada uma das partes efetua uma provisão inicial até à constituição do tribunal arbitral, que deve ser fixada pelo Coordenador Administrativo do Centro, que não deverá exceder 35% do valor do processo de arbitragem⁶⁹.

Relativamente aos encargos administrativos, são pagos em função dos valores fixados na tabela de taxas do Serviço de Arbitragem, como por exemplo, sendo o valor do processo 5.000.000.00 Kz, os encargos administrativos serão de 250.000.00 Kz.

Quanto aos honorários dos árbitros, estes obedecem aos mesmos requisitos, ou seja, também são pagos em função dos valores fixados na tabela de taxas do serviço de Arbitragem⁷⁰. Esta estabelece que, o valor do processo determina os honorários de cada árbitro, porém, a referida tabela estabelece um limite de 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil Kz). Não obstante este valor, há uma percentagem, que se adiciona ao valor dos honorários, consoante o valor do processo. Por exemplo, se o valor do processo for de 5.000.001 a 10.000.000 Kz, os honorários de cada árbitro são de 250.000,00 Kz +35% do que exceder 5.000.000.00 Kz. Se o Tribunal Arbitral for constituído por três árbitros, o total dos honorários será três vezes maior ao valor fixado na tabela de taxas do Serviço de Arbitragem, salvo acordo em contrário entre os árbitros, sendo 40% deste montante

66 Cf. anexo da tabela de taxas do serviço de arbitragem CREL.

67 Cf. Decreto Executivo Conjunto nº 259/16, de 1 de junho.

68 Cf. art. 51.º n.º 3 do Regulamento da Arbitragem.

69 Cf. art. 12.º nº2 do Decreto executivo conjunto 259/16, de 17 de junho.

70 Cf. Decreto Executivo Conjunto nº 259/16, de 1 de junho.

destinado ao árbitro presidente, e 30% a cada um dos dois árbitros restantes.

A taxa de consultas jurídicas realizadas nos serviços do CREL, são de 2.464,00 (Dois mil e quatrocentos e sessenta e quatro Kz)⁷¹.

2.3.4. ESTATUTO JURÍDICO DO CREL

Com vista a entender como funciona o CREL e como se desenvolvem os serviços aí prestados, é importante esclarecer que o CREL é uma entidade pública ligada à Direção Nacional de Resolução extrajudicial de litígio, e esta, por sua vez, está ligada ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

2.4. RECURSOS HUMANOS

Os serviços prestados no CREL são dirigidos pelo quadro de pessoal⁷² que contempla: a Coordenação Geral, que comporta os seguintes especialistas: Coordenador Administrativo do Centro, Secretário-geral do Centro, Coordenadores de Serviços; Técnicos Superiores que são constituídos por: Chefe de Secretaria, Técnico de informática e Contabilista; o Pessoal Técnico Médio, que inclui Motorista e telefonista e, por último, o Auxiliar Administrativo Principal e Auxiliar de Limpeza.

Quanto à Arbitragem poderá recorrer-se a uma lista de árbitros no CREL⁷³, que engloba pessoas singulares, dotadas de plena capacidade jurídica, experiência e qualificações pessoais, académicas e profissionais, que oferecem garantia de idoneidade moral para o exercício das funções que lhe forem atribuídas, sendo estes nacionais e internacionais.

71 Cf. art. 21.º do Decreto executivo conjunto 259/16, de 17 de junho.

72 Cf. constante no anexo I do Regulamento do CREL.

73 Cf. art. 8.º nº 2 do Regulamento de Arbitragem.

2.4.1. DIREÇÃO DO CENTRO

A administração do CREL é assegurada pelo Coordenador(a) Administrativo(a) nomeado por ato do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos^{74,75}, cargo esse que é ocupado atualmente pela Dra. Sandra Cristina Alves, Secretária Geral do Centro, que tem como atribuição, coordenar os serviços de contabilidade, tesouraria, bem como auxiliar o coordenador administrativo nas funções do CREL⁷⁶. Mas, na prática assim não ocorre, porque é uma vaga que não está preenchida. Por último, os Coordenadores dos Serviços, cargos esses ocupados pelo Dr. Osvaldo Pedro, para área da Informação e Consulta Jurídica, pelo Dr. Adão Henriques e Dr. Marcelino Alexandre da Silva para os Serviços de Mediação e Conciliação, e pelo Dr. Josias Rodrigues para os Serviços de Arbitragem.

2.4.2.SERVIÇOS DE APOIO

A função dos serviços de apoio, na prática, consiste em organizar os serviços que venham a ser prestados, relativamente à preparação das sessões de mediação e no decorrer das mesmas, bem como o apoio logístico, garantindo assim, que sejam criadas todas as condições necessárias para a prestação de um bom serviço.

Os serviços de apoio são assegurados por chefes de secretaria, técnico de informática, contabilista e pelos advogados, pesa embora estes não fazerem parte do quadro orgânico em anexo no regulamento do CREL.

A Dra. Nayol está encarregue de toda a parte administrativa da mediação. É ela que gere o processo, sendo a via de comunicação entre as partes e o CREL, tratando de todas as notificações para que o processo prossiga.

74 Cf. art. 7.º do Regulamento do CREL.

75 Cf. art. 9.º do Regulamento do CREL.

76 Cf. art. 12.º nº3 do Regulamento do CREL.

Os técnicos da área de informação e consulta jurídica encarregam-se dos pagamentos dos preparos iniciais e finais, garantindo que os mediadores sejam pagos pelos serviços que prestam e que as diligências do processo sejam efetivadas.

Quanto aos outros funcionários, nomeadamente os motoristas, telefonistas, tesoureiro e os serviços de limpeza, estão presentes para dar apoio em tudo o que venha a ser necessário, de forma a garantir que os serviços do CREL venham a decorrer sem sobressaltos.

PARTE II - QUESTÕES EMERGIDAS AO LONGO DO ESTÁGIO

1. ENQUADRAMENTO

Em 18 de fevereiro de 2018 deu-se o início do estágio no CREL, tendo sido concluído no dia 19 de junho do mesmo ano. No decorrer do estágio, por observância ao princípio da confidencialidade, foi-me orientado que desenvolvesse atividades do âmbito administrativo junto da secretaria, prestando assim, apoio aos advogados nos processos de consulta jurídica aos cidadãos, preparando os processos para submissão à mediação e análises das convenções de arbitragem que tinham sido apresentadas pelas partes a fim de se administrar a arbitragem.

Não obstante a estas atribuições, o estágio também teve uma vertente académica onde tive a oportunidade de participar em seminários sobre a arbitragem em Angola. Deste modo, as referidas tarefas permitiram dominar os processos prévios aos diferentes meios alternativos de resolver conflitos na prática.

2. ARBITRAGEM

Quanto aos processos de arbitragem, analisei as convenções de arbitragem que haviam sido apresentadas pelas partes ao CREL. Para que fique claro, depois de analisados os 4 casos reais, verificou-se que as cláusulas arbitrais inseridas nos contratos não reuniam requisitos para se administrar a arbitragem institucional, visto que os seus conteúdos não eram suficientemente determináveis, nem tão pouco apresentavam as

cláusulas recomendadas⁷⁷ pelo CREL, deixando assim, de conferir competência a este Centro para dirimir o conflito.

Por ausência destes requisitos, o CREL viu-se obrigado a arquivar os respectivos processos de arbitragem com as cláusulas que se seguem:

1)

O caso em análise remete-nos a um contrato de subempreitada celebrado entre duas empresas empreiteiras, em que uma das partes deu de subempreitada a instalação de sinalização horizontal e fornecimento de sinalização vertical.

Acontece que a empreiteira submeteu-se a efetuar o pagamento do preço dos serviços prestados, disponibilizando espaço para as refeições dos trabalhadores, e fornecimento de combustível para os meios necessários para à execução da subempreitada. Porém, esta não veio a cumprir o acordado acarretando para a subempreiteira enormes prejuízos. Surgiu, assim, o litígio entre as partes, sentindo-se esta última lesada, e por isso recorreu ao CREL para dirimir o conflito, uma vez que as partes no contrato convencionaram uma cláusula arbitral, com a seguinte redação:

“1. Os litígios relativos à interpretação e execução do presente contrato serão dirimidos com recurso à arbitragem, realizada por um tribunal constituído nos termos da presente cláusula e, supletivamente, de acordo com o disposto na Lei nº 16/03, de 25 de junho.

2. O tribunal será constituído por único árbitro, se as partes em litígios acordarem na respetiva designação ou na falta de acordo, cada uma das partes nomeará um árbitro, designando estes, um outro que presidirá ao tribunal. Na falta de acordo, o árbitro presidente será nomeado pelo

⁷⁷ “Todos os litígios emergentes deste contrato ou com ele relacionados, serão definitivamente resolvidos através de arbitragem, e sem recurso, de acordo de *Litígios do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos*”.

Tribunal Provincial de Luanda, mediante requerimento de qualquer uma das partes.

3. Caso não se verifique acordo quanto ao objeto do litígio, este será o que resultar da eventual petição do demandante e de eventual reconvenção do demandado.

4. O Tribunal arbitral funcionará no local que for escolhido pelo árbitro único ou pelo árbitro presidente e julgará segundo o direito constituído, devendo a respetiva decisão ser proferida no prazo de 3 meses.

5. Não haverá qualquer recurso das decisões do tribunal arbitral.”

2)

Este caso está relacionado com um contrato promessa de compra e venda de um imóvel, entre um profissional e um consumidor, avaliado em 2.500.000,00 (Dois milhões de Kz). O profissional comprometeu-se a efetuar a entrega do imóvel ao consumidor após o pagamento de 30% do valor do imóvel. Porém, tal promessa não foi cumprida nos termos do contrato, surgindo assim, o conflito. A demandante procurou também os serviços do CREL, para dirimir o litígio que opunha as duas partes, tendo em atenção à cláusula arbitral inserida no contrato que estabelecia o seguinte:

“1- Todas as questões decorrentes da interpretação e execução do presente contrato serão resolvidos por acordos estabelecidos entre as partes dentro do prazo de 30 dias.

2- Quando as partes não chegam a acordo dentro do prazo de 60 sessenta dias, após uma parte ter enviado à outra uma comunicação escrita estabelecendo os termos do diferendo e solicitando a resolução do mesmo qualquer das partes podem submeter o diferendo à arbitragem.

3- Serão definitivamente resolvidos por arbitragem qualquer controvérsia, litígio ou conflito decorrente da interpretação, cumprimento ou execução do presente.

4- A decisão arbitral estabelecerá ainda à forma como cada uma das partes deva suportar os custos da arbitragem e em que proporção.”

3)

O terceiro caso, está relacionado com um contrato de compra e venda de madeira, entre duas empresas angolanas, tendo uma das empresas deixado de vender a madeira, porque se encontrava constantemente no exterior do país por razões de doença, incumprindo desta forma o contrato. Assim, achando-se lesada, veio a demandante solicitar os serviços do CREL, para resolver a questão, por força da cláusula arbitral estipulada no contrato com o seguinte teor:

“1. Para resoluções de litígios emergentes do presente contrato será competente a sala de arbitragem de Luanda com expressa exclusão de qualquer outro.

2. No caso de litígio, deve ser em tribunais de Luanda, e se o vendedor não cumprir os termos do contrato, este tornar-se-á nulo e sem efeito, os compradores poderão mas não limitado a pedir indemnização e compensações do vendedor.”

4)

O último caso que constatei, teve a ver com um contrato de aluguer de equipamento entre duas empresas, sendo que uma das partes se vinculou a alugar o equipamento do tipo Buldózer à outra parte. Tinha sido acordado que a demandada efetuaria os pagamentos mensais pelo aluguer do equipamento, tendo em conta as horas de utilização do equipamento.

Acontece que, esta não efetuou o pagamento de 33.011.520,00 (Trinta e Três Milhões, onze mil, quinhentos e vinte Kz) deixando de cumprir o contrato. A demandante, diante do sucedido, recorreu ao CREL, por força da cláusula arbitral mencionada anteriormente no contrato, cujo teor dispunha o seguinte:

“1. Para qualquer litígio emergente da aplicação ou interpretação do presente contrato as partes comprometem-se a aceitar a jurisdição de um tribunal arbitral que decidirá “ex aequo et bono” e será constituído por dois vogais designados, cada um, por uma das partes e presidido por um jurista escolhido de comum acordo.

2. No caso de ambas as partes acordarem em submeter os litígios a jurisdição ordinária, considera-se exclusivamente competente para o efeito, com renúncia de qualquer outro, o foro dos tribunais da Comarca de Luanda.”

O meu contributo para estes casos passou por ajudar o CREL em certificar-se dos pareceres de arquivamento, que havia dado por invalidade da convenção de arbitragem, bem como na receção de eventuais propostas de processos de arbitragem. Verificaram-se invalidades da convenção de arbitragem relativamente aos processos arquivados por este Centro. As partes quanto ao lugar da arbitragem, não indicavam o CREL para dirimir o conflito. Não obstante, eram cláusulas incompletas sem observarem os requisitos da cláusula recomendadas pelo Centro, já abordas neste relatório, deixando desta forma de atribuir competência ao CREL para administrar a arbitragem.

A competência do tribunal arbitral pressupõe uma convenção de arbitragem válida e eficaz, sob pena de ser nula ou anulável, que pode ter como

fundamento a anulação da sentença arbitral⁷⁸. Foi por isso que se arquivou, até à data de conclusão do estágio, as propostas para a realização da arbitragem no CREL.

Para que fique claro, as cláusulas, dos casos 2 e 3), para além de não indicarem o CREL como lugar da arbitragem, também não indicavam o número de árbitros a ser constituídos no tribunal arbitral, o prazo e as regras do processo. Por isso, concordei com a decisão do CREL em arquivar os processos por invalidade da convenção de arbitragem.

Diante disto, concordei também quanto à proposta da celebração do compromisso arbitral às partes, diante das convenções arbitrais insuficientemente determináveis, visto que as cláusulas arbitrais seriam suscetíveis de serem aproveitadas⁷⁹. Saliente-se que são suscetíveis de serem aproveitadas cláusulas vazias ou em branco⁸⁰ e contraditórias⁸¹.

Entende-se, deste modo, que as cláusulas arbitrais em análise, não obstante serem vazias ou em branco, seriam suscetíveis de serem aproveitadas para uma arbitragem institucional^{82,83,84}.

78 Cf. GOUVEIA, Mariana França, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, p. 128.

79 Cf. DIAMVUTU, Lino, *IV congresso do centro de Arbitragem da Camara de comércio e Industria Portuguesa* p. 105.

80 Não esclarecem a forma de eleição de árbitros ou forma da arbitragem se é ad hoc ou institucional, tendo a seguinte redação: “As partes acordam que quaisquer controvérsias surgidas deste contrato serão definitivamente resolvidas mediante arbitragem”.

81 Cláusulas de arbitragem que preveem a arbitragem judicial no mesmo documento ou em separado para dirimir o litígio.

82 Cf. art. 7.º n.º2 e art. 17.º n.º1, da LAV.

83 Se as partes não tiverem designado o árbitro, nem fixado o modo da sua designação, e não houver acordo entre eles sobre essa designação, cada uma das partes indica um árbitro (a menos que acordem em que cada uma delas indique, em número igual, mais do que um arbitro), cabendo aos árbitros assim designados a escolha e designação do árbitro que completa a composição do tribunal.

84 O lugar da arbitragem é determinado por acordo das partes na Convenção de arbitragem ou em escrito posterior e, na falta de acordo, até à aceitação do primeiro árbitro, deve ser fixado pelos árbitros.

Porém, discordo com a posição do CREL, em arquivar os processos sem que, sugerissem às partes uma arbitragem ad hoc, em que o tribunal arbitral é constituído exclusivamente para o referido litígio, e escolhendo as partes os seus árbitros, bem como as suas regras processuais, tendo em conta a sua autonomia privada.

Entendo que depois de analisadas todas as convenções de arbitragem, estas reuniam requisitos para uma arbitragem ad hoc, tendo em conta que, as partes manifestavam vontade em remeter litígio à arbitragem. Exemplificando a cláusula arbitral do caso 1), esta manifestava vontade das partes e quanto ao seu conteúdo mencionava a forma de designação dos árbitros, o prazo, as regras do processo e o objeto da eventual relação jurídica controvertida.

Deste modo, seria recomendável que os técnicos do CREL, em vez de arquivarem as propostas das partes para arbitragem, sugerissem às mesmas a constituição de um tribunal ad hoc, nem que para isso fossem emprestadas as instalações e o seu secretariado. Penso que isto ajudaria na promoção e divulgação do próprio CREL, impulsionando as partes a preverem a arbitragem institucional na convenção de arbitragem, bem como as regras do regulamento dum determinado centro, ou a lista de árbitros deste centro^{85,86}.

85 Cf. GOUVEIA, Mariana França, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, p. 148.

86 A arbitragem relativamente a questões como a constituição do tribunal arbitral, o apoio concedido à organização, a condução do processo pelo árbitro e a gestão em geral do processo, pode ser confiada a um centro de arbitragem que, mediante um contrato celebrado com as partes intervenientes, se encarrega dessas matérias. O centro de arbitragem não tem quaisquer funções, nem competência, para resolver o litígio ou propor o modo da sua resolução. Isso é tarefa dos árbitros. A arbitragem assim apoiada numa organização, que é o centro de arbitragem, denomina-se arbitragem institucional (Cf. BARROCA, Manuel Pereira, *Manual de Arbitragem*, p. 92).

3. MEDIAÇÃO

Constatou-se que o CREL não se tem dedicado aos processos de mediação penal por ausências de profissionais especializados. As questões trazidas pelos consulentes no CREL, não previam cláusula compromissória de mediação nos contratos, recorrendo aos serviços deste centro na existência de um determinado conflito, o que gerava consequências, porque nem sempre as partes concordavam em resolver o diferendo através da mediação.

As partes, ao celebrarem uma cláusula compromissória de mediação no contrato, devem fazê-lo com o objetivo de preservar um bom relacionamento na sua relação jurídica, bem como para diminuir os custos de transação desse contrato. Surgido o conflito, torna-se muito mais fácil as partes chegarem a um consenso, com relação à forma de solução desse conflito, tendo em conta a flexibilidade, daí a importância da inserção da cláusula de mediação no contrato. Assim, surgindo um litígio, as partes terão menos preocupação.

Porém, o CREL não tem um modelo que proponha uma redação da cláusula compromissória, sendo por isso de grande interesse que as partes previssem uma cláusula de mediação nos seus contratos.

O Instituto da Mediação em Angola é considerada como uma inovação legislativa, permitindo assim, aos contraentes na ocasião da celebração de um contrato, optarem por esse instrumento, como meio extrajudicial de resolução de um litígio, contribuindo para o restabelecimento da comunicação entre as partes, celeridade e diminuição de custos.

PARTE III - ESTUDO TEÓRICO SOBRE A VALIDADE DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM NO CREL

1. ENQUADRAMENTO

Para GOUVEIA⁸⁷, a validade da convenção arbitral é analisada em atenção aos seguintes aspetos: as partes, vontade das partes, acordo das partes, requisitos de arbitralidade, de forma e de conteúdo e, finalmente, autonomia da convenção de arbitragem.

Porém, interessa-me, no presente trabalho, desenvolver apenas os requisitos da forma e conteúdo da convenção arbitral, visto ser um dos problemas verificados no decorrer do estágio. Isto porque as cláusulas compromissórias eram muito incompletas ou em branco, levando à incompetência do tribunal arbitral. Tal facto só ocorre, porque as partes, no momento da celebração dos contratos, não prestaram a devida atenção na formulação do conteúdo da convenção arbitral, e chegando ao CREL, consideram-se como inexistentes⁸⁸.

É na convenção arbitral que as partes de forma consensual determinam o conteúdo do estatuto em questão⁸⁹. Deste modo, é importante perceber quais são estes requisitos para que se possa considerar uma convenção de arbitragem válida e eficaz, para prossecução da arbitragem no CREL.

87

Cf. GOUVEIA, Mariana França, Curso de Resolução Alternativa de Litígios, p. 128.

88 Tem lugar quando um negócio jurídico não produz quaisquer efeitos, efeitos cuja as consequências pode ser nulidade (Cf. CORDEIRO Menezes, *Tratado de Direito Civil, Tomo II*, p. 930).

89 Cf. BARROCA, Manuel Pereira, *Estudos de Direito e Prática Arbitral*, p. 230.

As partes, no momento da celebração da convenção arbitral devem ter em atenção a redação do seu conteúdo, deve ser redigida de forma clara e não duvidosa, para que não venha a prejudicar o processo arbitral, visto que, é a formulação da convenção de arbitragem que vai conferir competência ao tribunal arbitral.

A convenção arbitral tem um lugar fundamental na arbitragem, visto que o tribunal arbitral só é competente quando o litígio em questão esteja contemplado na convenção⁹⁰. Uma convenção de arbitragem quando mal formulada é uma fonte de problemas ao iniciar-se o processo arbitral. Quando a cláusula arbitral for inválida, a requerida no processo arbitral pode alegar que o tribunal arbitral não é competente para apreciar o litígio⁹¹. Assim, a convenção arbitral é o acordo das partes em cometer a resolução de um litígio atual ou eventual, à decisão por árbitros⁹².

A convenção de arbitragem pode ser considerada nula quando não reúne os requisitos da forma escrita⁹³, bem como não observa se os objetos são suscetíveis de serem arbitráveis, por estar relacionado a direitos indisponíveis⁹⁴.

São modalidades da convenção arbitral a cláusula compromissória ou de compromisso arbitral, quanto a primeira tem a ver com eventuais litígios emergentes de uma determinada relação jurídica contratual ou extracontratual⁹⁵, ao passo que a segunda diz respeito a um litígio atual, ou

90 Cf. GOUVEIA, Mariana França, *Meios de resolução extrajudicial de litígio*, p.126.

91 Cf. MARTINS, Sofia, *A Redação de Cláusulas Arbitrais: riscos a prevenir*, p.13

92 Cf. GOUVEIA, Mariana França (Coord.), *Análise de Jurisprudência sobre Arbitragem*, p. 167.

93 Cf. art. 3.º n.º1, da LAV.

94 Cf. art. 1.º, n.º 1, da LAV.

95 Cf. art. 2.º, da LAV.

seja as partes já se encontram em litígio⁹⁶. As duas modalidades devem reunir os elementos essenciais da convenção.

A distinção entre estas duas modalidades consiste na existência ou não de disputa. Existindo um litígio falamos de compromisso arbitral, se se tratar de conflito eventual, falamos de cláusula compromissória⁹⁷. Qualquer uma das modalidades reveste, essencialmente, efeitos de natureza processual, traduzindo-se na falta de jurisdição dos tribunais judiciais para conhecerem o objeto da convenção⁹⁸.

Assim, passaremos a analisar minuciosamente os elementos essenciais para que a convenção de arbitragem seja considerada válida e eficaz. Entende-se, assim, que a validade da convenção arbitral tem sido analisada com base nos seguintes aspetos: as partes, vontade das partes, acordo das partes, requisitos de arbitrabilidade, forma e de conteúdo, e, por último, a autonomia da vontade de arbitragem⁹⁹.

Porém, interessa-me neste trabalho, apenas analisar sobre a forma e conteúdo da convenção de arbitragem pelo facto de me ter confrontado com esta questão no estágio.

2. FORMA E CONTEÚDO DA CONVENÇÃO ARBITRAL E SEUS EFEITOS

2.1. FORMA

⁹⁶ Cf. BARROCA, Manuel Pereira, *Lei da Arbitragem Comentada*, p. 36.

⁹⁷ Cf. GOUVEIA, Mariana França, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, p. 126.

⁹⁸ Cf. GOUVEIA, Mariana França (Coord.), *Análise de Jurisprudência sobre Arbitragem*, p. 169.

⁹⁹ Cf. GOUVEIA, Mariana França (Coord.), *Análise de Jurisprudência*, p. 169.

A convenção de arbitragem é um negócio inter partes. As partes são um elemento fundamental, na medida em que são estas que acordam submeter determinado litígio a arbitragem¹⁰⁰. Essa vontade das partes deve ser exteriorizada no sentido de submeter o litígio à arbitragem. Sem esta autonomia de vontades, não será possível a celebração de uma convenção de arbitragem válida.

A convenção de arbitragem é o alicerce da arbitragem voluntária. Sem a convenção de arbitragem não é possível constituir um tribunal arbitral e sem tribunal arbitral não existe arbitragem voluntária, nem tão pouco sentença arbitral. Qualquer estrutura que se organize ou processo que se inicie, a fim de dirimir um litígio, sem que exista uma convenção de arbitragem que o legitime é juridicamente inexistente¹⁰¹.

Deste modo, a convenção de arbitragem deve ter a forma escrita¹⁰², porque é considerada celebrada quando tenha sido celebrada por documento particular assinado pelas partes, ou por documento autenticado ou autêntico, quando for exigido por lei, sob pena de nulidade¹⁰³. Também é celebrada a convenção da arbitragem quando esta resultar de troca de correspondência efetuada por fax ou e-mail, atestando claramente as declarações das partes, havendo uma proposta e uma aceitação, comprovando que eles pretenderam celebrar a convenção de arbitragem¹⁰⁴.

A convenção de arbitragem, quanto à forma, deve ser analisada com base nos seguintes parâmetros: exigência de forma escrita, convenção de arbitragem por referência a outros documentos, convenção de arbitragem

100 Cf. GOUVEIA, Mariana França (Coord.), *Análise de Jurisprudência*, p. 169.

101 Cfr. BARROCA, Manuel Pereira, *Lei da Arbitragem Comentada*, p. 40.

102 Cf. art. 3.º nº1, da LAV.

103 Cf. art. 294.º, do Código Civil (CC).

104 Cf. GONÇALVES, Manuel, VALE, Sofia, DIAMVUTU, Lino, *Lei da arbitragem comentada - Angola*, p. 46.

celebrada por meios eletrônicos, manifestação tácita do consentimento e valor do silêncio¹⁰⁵.

2.2 EXIGÊNCIA DE FORMA ESCRITA

Quanto à exigência de forma escrita para convenção de arbitragem, esta diz respeito a um contrato. É importante que a convenção arbitral seja transportada para a escrita¹⁰⁶, ainda que o contrato a que diga respeito não esteja relacionado e tenha sido celebrado oralmente¹⁰⁷.

GOUVEIA¹⁰⁸ considera que a convenção arbitral é o foco que ilumina a área da competência do tribunal arbitral. Todas as dúvidas existentes sobre a competência devem ser desconstruídas visto que, neste contexto, é sempre melhor que essa convenção esteja reduzida a escrito, quer seja na cláusula compromissória ou compromisso arbitral. Assim, surgindo litígio, nenhuma das partes terá como atrasar ou criar insegurança quanto à existência e ao conteúdo da convenção arbitral, bem como impossibilitar a rápida resolução do litígio. A autora esclarece ainda, que a exigência de forma explica-se pela necessidade de clareza quanto à existência, objeto e conteúdo da convenção.

A constituição do tribunal arbitral implica a renúncia ao direito de ação judicial, tratando-se do efeito negativo do princípio da competência¹⁰⁹.

105 Cf. GOUVEIA, Mariana França (Coord.), *Análise de Jurisprudência sobre Arbitragem*, pp.174-177.

106 Cf. art. 3.º n.º.1, da LAV.

107 Cf. GOUVEIA, Mariana França, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, p. 131.

108 Cf. GOUVEIA, Mariana França, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, p. 132.

109 Cf. GOUVEIA, Mariana França, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, p. 131.

2.3. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM POR REFERÊNCIA A OUTROS DOCUMENTOS

A convenção de arbitragem por referência a outros documentos diz respeito a um contrato negociado pelas partes que remete para um contrato celebrado entre uma das partes e um terceiro¹¹⁰.

Dispõe o art.º 7.º nº6 da Lei-Modelo UNCITRAL¹¹¹ que a remissão seja feita de modo a que a cláusula seja parte integrante do mesmo contrato¹¹², ou seja as partes devem incluir ou fazer referência da convenção de arbitragem no contrato.

A doutrina diverge quanto a essa questão. DÁRIO VICENTE MOURA¹¹³ defende que é admissível uma referência genérica ao documento que contém a convenção, e que seja comunicada uma das partes à outra, dando como exemplo, a existência de relações comerciais que se prolongam no tempo e que permitem que a outra parte tenha conhecimento da convenção no momento da conclusão do contrato e concordou com a inclusão neste documento.

2.3.1. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM CELEBRADA POR MEIOS ELETRÔNICOS

Estas trocas de comunicação devem certificar de forma clara as declarações negociadas entre as partes, tendo em conta as propostas e A aceitação, quer seja de forma tácita ou expressa devidamente comprovada,

110 Cf. GOUVEIA, Mariana França (Coord.), *Análise de Jurisprudência sobre Arbitragem*, p. 174

111 Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional.

112 Cf. GOUVEIA, Mariana França, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, p. 133.

113 Cf. VICENTE, Dário Moura, *A Manifestação do Consentimento na Convenção de Arbitragem*, p.199.

garantindo fidedignidade, inteligibilidade e conservação, a fim de se assegurar a certeza quando à celebração e objeto da convenção¹¹⁴.

LUÍS DE LIMA PINHEIRO¹¹⁵ considera uma convenção escrita, a que resulta de uma troca de mensagens de correio eletrónico ou mesmo de um clique num ícone contido num sítio da Internet, que exprima a aceitação de uma cláusula geral e visível¹¹⁶.

2.3.2. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM POR MANIFESTAÇÃO TÁCITA DO CONSENTIMENTO

DÁRIO VICENTE MOURA¹¹⁷ considera a forma escrita por manifestação tácita do consentimento, quando uma das partes, recebe por escrito, uma proposta de contrato contendo uma convenção de arbitragem que inicia a execução do contrato sem dar a conhecer à outra parte a sua aceitação.

LUÍS DE LIMA PINHEIRO¹¹⁸ refere que não basta uma aceitação oral, nem uma aceitação tácita, que não resulte de um documento escrito, mesmo que tal aceitação corresponda aos usos do comércio num determinado setor da atividade económica. Para este autor, é necessário que exista um registo escrito das declarações, seja em suporte de papel ou suporte magnético (como disquete ou disco rígido). Conclui que há convenção de arbitragem escrita, quando resulta de uma troca de mensagens por correio eletrónico.

114 Cf. GOUVEIA, Mariana França, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, p. 132.

115 Cf. PINHEIRO, Luís de Lima, *Arbitragem Transnacional – A Determinação do Estatuto da Arbitragem*, p.93.

116 Cf. GOUVEIA, Mariana França (Coord.), *Análise de Jurisprudência sobre Arbitragem*, p. 176.

117 Cf. BORGES, Carla Gonçalves e GALVÃO, Ricardo Neto, *A Extensão da Convenção de Arbitragem a Não Signatários*, p.131.

118 Cf. PINHEIRO, Luís Lima, *Arbitragem Transnacional - A Determinação do Estatuto da Arbitragem*, p.93.

2.3.3. A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM COM O VALOR DO SILÊNCIO

O valor do silêncio diz respeito à ausência da manifestação de vontade, que pode ser considerado como uma forma de manifestação de consentimento quanto a uma convenção de arbitragem.

2.4. CONTEÚDO

O conteúdo das convenções arbitrais apresentadas pelas partes no CREL, não eram suficientemente determinadas para conferir competências a um tribunal arbitral para resolver o litígio.

Verificou-se, na prática, que estes incidentes fizeram com que até hoje nunca houvesse um julgamento arbitral. Tal facto ocorre porque, uma vez que se constituísse o tribunal arbitral, a sentença seria nula¹¹⁹, por incompetência do Tribunal arbitral.

O conteúdo da convenção de arbitragem está estreitamente relacionado com o princípio da competência do tribunal arbitral, também designado por “kompetenz-kompetez” ou “competence-competence” ou “compétence-compétence”¹²⁰. Segundo este princípio, o tribunal arbitral decide sobre a sua própria competência, incluindo quaisquer questões relativas à existência e validade da convenção de arbitragem¹²¹.

Assim sendo, é fundamental perceber o que a doutrina e a jurisprudência recomendam sobre a formulação do conteúdo da convenção de arbitragem, num primeiro momento a nível internacional e, por último, na realidade angolana.

Entende-se que o conteúdo da convenção de arbitragem deve ser o mais variável possível, passando pela definição do litígio existente ou eventual,

119 Cf. art. 34.º nº1 al. b), da LAV.

120 Cf. CAMELO, António Sampaio, *Temas de Direito da Arbitragem*, p.119.

121 Cf. DIAMVUTU, Lino, IV Congresso do Centro de Arbitragem da Camara de Comercio Industria Portuguesa ,Almedina ,2011 sobre “*Poderes do Tribunal Arbitral na apreciação da própria Competência*” p. 91.

até ao número de árbitros e à sua forma de designação, regras processuais, etc.

CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA¹²² considera que o conteúdo da convenção arbitral deve ser analisado com base em quatro elementos nomeadamente: pessoas, objetos, funções e circunstâncias.

As pessoas devem ser quaisquer pessoas por si ou por representante, incluindo o Estado ou pessoas de direito público.

O objeto explica que tem a ver com o litígio indicado na convenção. Este deve ter em conta três aspetos: conceito, determinabilidade e arbitrabilidade. O conceito está relacionado com o âmbito do litígio, se é atual (compromisso arbitral) ou se se trata de litígio eventual (cláusula compromissória). Na determinabilidade, os litígios devem ser de natureza patrimonial, definindo quanto o compromisso arbitral deve determinar com precisão o objeto do litígio atual, quer seja na causa de pedir quer seja no pedido. Relativamente à cláusula compromissória, deve especificar a relação jurídica a que os litígios respeitam. Entenda-se o facto ou a situação jurídica de que pode emergir o litígio, como um conjunto de factos ou de situações de entre os quais se há-se destacar a causa de pedir de ação futura e eventual. Por fim, na arbitrabilidade, os contraentes nas suas relações jurídicas não devem negociar direitos indisponíveis, como a falência e crime ou ainda direitos sujeitos a arbitragem necessária.

As circunstâncias dizem respeito às partes, que devem observar os prazos que venha a ter o desenrolar do processo de arbitragem, quando inicia e quando termina ou ainda eventos que venham determinar a sua caducidade.

MANUEL PEREIRA BARROCA¹²³ classifica o conteúdo da convenção arbitral em necessário e facultativo. Os elementos necessários dizem

¹²² Cf. ALMEIDA, Carlos Ferreira de, *Convenção de Arbitragem: Conteúdos e Efeitos*, p.84.

respeito à vontade das partes de resolverem os litígios à arbitragem, bem como a indicação dos litígios entre as partes que serão resolvidos à arbitragem, quer seja na modalidade da cláusula compromissória ou no compromisso arbitral. Relativamente ao elemento facultativo, dizem respeito àqueles que não prejudica a vinculação das partes de remeter o litígio à arbitragem (ex. determinação da sede, fixação do número de árbitros, opção por arbitragem ad hoc ou institucional).

MARIANA FRANÇA GOUVEIA¹²⁴ aponta que o conteúdo da convenção arbitral deve ter uma definição ampla do litígio, que passa pela definição do litígio atual e eventual, número de árbitros e sua designação, escolhas das regras arbitrais, sede e língua da arbitragem, dando como exemplo uma cláusula de arbitragem com a seguinte redação: “Todos os litígios emergentes do presente contrato ou com ele relacionado...”

Segundo esta autora, formulações deste género permitem abarcar tudo aquilo que as partes não previram.

Porém resta-nos saber como estas questões se processam em Angola, num primeiro momento quanto à forma e posteriormente relativamente ao conteúdo da convenção de arbitragem.

3. REALIDADE ANGOLANA

A arbitragem tem a sua origem na autonomia privada, sendo uma das suas principais características a flexibilidade. Assim sendo, as partes podem acordar o que bem entenderem na convenção de arbitragem, desde que respeitem os requisitos da validade da convenção, nomeadamente, a forma

¹²³ Cf. BARROCAS, Manuel Pereira, *Manual da arbitragem*, pp.157-158.

¹²⁴ Cf. GOUVEIA, Mariana França, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, p. 148.

escrita e o conteúdo , manifestando de forma expressa a vontade de resolver o litígio à arbitragem.

No ordenamento jurídico angolano, a convenção de arbitragem é um documento formal porquanto deve ser reduzido a escrito.

O legislador angolano sobre a arbitragem voluntária, não é indiferente às legislações internacionais¹²⁵.

A cláusula compromissória e o compromisso arbitral devem constar de um documento escrito e assinado pelas partes. O legislador angolano¹²⁶ considera uma convenção celebrada a escrito quando: i) estiver inserida em qualquer documento assinado pelas partes, ii) em qualquer correspondência trocada entre elas de que resta prova escrita (ex: meios de telecomunicações), quer esses instrumentos titulem diretamente a convenção celebrada, quer remetam para outro documento escrito ou prova por escrito que contenha uma convenção de arbitragem.

Quanto a esta questão, a LAV deve ser interpretada de forma a acolher as mais modernas formas de comunicação, devendo assim, ter uma correspondência clara de forma a atestar as declarações negociais das partes (proposta e aceitação), expressa ou tácita, comprovando que elas pretenderam celebrar uma convenção de arbitragem.

Para o ordenamento jurídico angolano, a convenção arbitral também tem a forma oral, quando esta esteja vertida em documento suficiente, para que se possa concluir pela validade de uma convenção de arbitragem. Esta forma segue a Lei-Modelo da CNUDCI¹²⁷, que dispõe da possibilidade da convenção de arbitragem constar de um outro meio que prove a sua existência, nomeadamente na troca de articulados em processo arbitral, sendo evocada por uma das partes e não contestada pela outra. Porém a

125 Cf. art. nº 1 e art.º 2.º da Lei da Arbitragem Voluntária Portuguesa.

126 Cf. art. 2.º e art. 3.º, da LAV.

127 Cf. art. 7.º n.º 2, da Lei-Modelo da CNUDCI.

LAV não prevê expressamente¹²⁸ quanto à anulação da sentença, com base em incompetência do tribunal arbitral, que só pode ser determinada se for arguida pela parte interessada.

No direito angolano não se levantam problemas de forma escrita, quando houver remissão de um contrato para um documento que integre uma cláusula arbitral¹²⁹.

Conclui-se assim que, no ordenamento jurídico angolano¹³⁰, é celebrada por escrito a convenção de arbitragem inserida em qualquer documento, assinada pelas partes ou qualquer exemplar de correspondência trocada entre elas, de que reste prova escrita, nomeadamente meios de telecomunicação, que remetam para outro documento escrito que contenha uma convenção de arbitragem. No entanto, se a convenção de arbitragem não revestir a forma escrita, seria nula¹³¹

3.1. CONTEÚDO

A convenção de arbitragem é definida como um acordo das partes, um contrato livremente celebrado pelas partes, que resulta do princípio da autonomia privada, pelo qual as partes renunciam à jurisdição estatal, e decidem as suas controvérsias, através da arbitragem.

Em Angola, a Convenção de arbitragem está prevista na Lei sobre Arbitragem Voluntária¹³², referido neste relatório com a abreviatura LAV. Esta estabelece que todos aqueles que dispuserem de capacidade contratual podem recorrer a uma jurisdição arbitral, para resolver litígios relativos a direitos disponíveis, mediante uma Convenção de Arbitragem. As

128 Cf. art. 34.º n.º 1 e 2 al).b), da LAV.

129 Cf. DIAMVUTU, Lino, *A convenção de arbitragem no Direito angolano*, pp.97-98.

130 Cf. art. 3.º n.º2, da LAV.

131 Cf. art. 4.º n.º 1 al. a), da LAV.

132 Cf. art. 1.º, da Lei nº 16 /03, de 25 de julho.

suas modalidades podem ser uma cláusula compromissória ou um compromisso arbitral¹³³.

A cláusula compromissória¹³⁴ é a convenção segundo a qual as partes se obrigam a dirimir o litígio, através de árbitros, que venham a decorrer de uma determinada relação jurídica contratual ou extracontratual.

Produz, para as partes, efeitos vinculantes, justamente com o princípio da equivalência da sentença arbitral à sentença judicial e representa a espinha dorsal da LAV (angolana). No entanto, apesar da total liberdade conferida às partes de optar pela via extrajudicial de resolução de litígio, uma vez convencionada a constituição do tribunal arbitral, renunciam ao tribunal estadual, sob pena de preterição do tribunal arbitral, o que constitui uma exceção dilatória, cuja consequência dá lugar à absolvição do réu ¹³⁵.

Relativamente ao compromisso arbitral, é a segunda modalidade da convenção de arbitragem¹³⁶. É a convenção segundo a qual as partes se obrigam a dirimir os litígios atuais, quer se encontrem na fase judicial ou não, cabendo apenas a renúncia da ação judicial. As partes decidem pôr termo nos autos, perante o juízo ou tribunal por onde corre a demandada. O Código do Processo Civil (CPC)¹³⁷ também consagra que em qualquer estado da causa podem as partes acordar em que toda a decisão, ou uma parte dela, seja cometida a um ou mais árbitros, à sua escolha .

CORREIA FERNANDES BARTOLOMEU¹³⁸ explica que as partes signatárias, ao celebrarem uma convenção arbitral, quer seja na modalidade de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, devem pormenorizar os termos da convenção arbitral, de forma a evitar lacunas,

133 Cf. art. 2.º n.º1, da LAV.

134 Cf. art. 2.º n.º 2, da LAV.

135 Cf. arts. 493.º n.º2, 494.º n.º1 , al h) e 288.º n.º1 al. e) .

136 Cf. art. 2.º n.º3, da LAV.

137 Cf. art. 290.º n.º 1 do CPC.

138 Cf. BARTOLOMEU, Correia Fernandes, Arbitragem Voluntária como Meio Extrajudicial de Resolução de Conflitos em Angola, p. 75.

devendo assim, especificar de entre outros elementos: o modo de designação dos árbitros, as situações em que, se a outra parte não nomear, a nomeação do referido arbitro caberá à instituição X, determinar ou definir as regras do processo e o lugar da arbitragem, que poderão ser as do regulamento do centro arbitral, se for caso disso é importante renunciarem expressamente aos recursos. Assim, permite afastar as delongas da instância, com todas as consequências negativas para a parte credora, que quer ver satisfeita a sua pretensão com razoabilidade esperada, nesse modo de resolução de conflito.

Gera nulidade da convenção arbitral¹³⁹ a falta de determinabilidade do conteúdo da convenção arbitral ou seja, a convenção arbitral insuficientemente determinada não produz quaisquer efeitos, constituindo uma inexistência da convenção de arbitragem¹⁴⁰ por ser inválida¹⁴¹.

Para evitar situações do género, o ordenamento jurídico angolano, considera que o conteúdo da convenção de arbitragem deve conter os seguintes elementos: Números de árbitros, Regras processuais, Língua, Sede, Honorários e Recursos¹⁴².

139 Cf. art. 4.º n.º 1 alínea b), da LAV.

140 A Convenção de arbitragem está relacionada com a indisponibilidade do direito, não deve ser reduzida a escrito. A Cláusula compromissória não especifica os factos jurídicos que possam emergir duma relação conflituosa. O compromisso arbitral não determina o objeto do litígio se não for possível efetuar a sua determinação.

141 Cf. DIAMVUTU, Lino, *O Princípio da competência - competência na arbitragem voluntária*, p. 20.

142 Cf. DIAMVUTU, Lino, *Conteúdo da convenção de arbitragem no direito angolano*, p. 121 e ss.

3.1.1. NÚMEROS DE ÁRBITROS

A convenção de arbitragem, deve, por regra indicar o número de árbitros que irão compor o tribunal arbitral permitindo, assim, acautelar a perda de tempo no início do procedimento arbitral¹⁴³.

O conteúdo da convenção de arbitragem quanto ao número de árbitros deve ser sempre composto por números ímpares¹⁴⁴. Quando um tribunal é composto por um número ímpar de julgadores, pretende-se evitar situações de empate nas decisões que antecedem a prolação da sentença arbitral, mesmo que se determina a caducidade da convenção de arbitragem, sendo o tribunal coletivo a obter a maioria das deliberações¹⁴⁵.

A possibilidade de haver empate num tribunal coletivo, composto por um número ímpar, poderá ocorrer se um dos árbitros não participar da deliberação. Quando assim ocorre deve-se decidir, desde que seja respeitado o princípio do contraditório, sem desconsiderar a possibilidade de responsabilizar civilmente o árbitro que violar o contrato em que estiver vinculado.

3.1.2. REGRAS PROCESSUAIS

3.1.2.1. NA ARBITRAGEM INTERNA

A definição concreta das regras processuais aplicáveis à arbitragem revela-se de extrema utilidade, uma vez que permite às partes adaptar o processo às especificidades do litígio e afastar os procedimentos rígidos e formais, característicos do processo judicial.

143 Cf. art. 6.º n.º1, da LAV.

144 Cf. art. 6.º n.º1, da LAV.

145 Cf. art. 5.º n.º1, da LAV.

Deste modo as partes podem acordar, por exemplo, que havendo lugar à intervenção de tribunal judicial no processo, a instância arbitral suspende, ou ainda podendo acordar que a base instrutória será dispensada ou elaborada por acordo das partes e não pelo próprio tribunal. Pode também ser traduzido por escrito os depoimentos das testemunhas, ou os peritos são apresentados exclusivamente pelas partes¹⁴⁶.

O legislador angolano estabelece que as partes na convenção de arbitragem, podem acordar sobre as regras de processo a observar na arbitragem¹⁴⁷.

No mesmo sentido, as partes podem, em vez de desenhar um regulamento arbitral específico, acordar que o processo arbitral se desenrolará de acordo com o regulamento de um centro de arbitragem institucionalizada¹⁴⁸. Não obstante o legislador angolano não descrever, é comum que as partes remetam para o CPC¹⁴⁹.

As regras processuais escolhidas pelas partes devem observar as garantias processuais e as causas de anulação da sentença da arbitragem^{150,151}.

3.1.2.2. NA ARBITRAGEM INTERNACIONAL

As partes, na arbitragem internacional, podem designar regras processuais da lei de um país, mesmo estrangeiro, fazer uma combinação de diferentes

146 Cf. GONÇALVES, Manuel, VALE, Sofia e DIAMVUTU, Lino, *Lei da Arbitragem Comentada*, p.79, nota 1.

147 Cf. art. 16.º n.º 1, da LAV.

148 Cf. art. 16.º n.º 3, da LAV.

149 Cf. GONÇALVES, Manuel, VALE, Sofia e DIAMVUTU, Lino, *Lei da Arbitragem Comentada*, p.79.

150 Cf. arts. 18.º e 34.º, da LAV.

151 Cf. DIAMVUTU, Lino, *A Convenção de Arbitragem no Direito Angolano*, p.123.

leis, de maneira a obter um sistema totalmente original ou fazer referência a um regulamento de um centro internacional¹⁵².

Porém, a aplicação de uma lei estrangeira ao processo que seja diversa da lei da sede da arbitragem pode conduzir a dificuldades, uma vez que os tribunais angolanos terão maiores dificuldades em aplicar lei estrangeira relativamente às questões processuais. Coloca-se, assim, dificuldade a regular a intervenção dos tribunais judiciais na arbitragem^{153,154}.

O legislador angolano estabelece que: “Na falta de estipulação expressa das partes, são aplicáveis à arbitragem internacional as disposições da presente lei, com as necessárias adaptações e sem prejuízo do estabelecido no presente capítulo”¹⁵⁵.

No mesmo sentido, o legislador angolano¹⁵⁶ define a arbitragem internacional como a arbitragem que põe em jogo interesses do comércio internacional¹⁵⁷.

O legislador determina que o regime da arbitragem internacional é supletivo, aplicando-se na falta de acordo expresso das partes¹⁵⁸. Considerando-se, assim, que a LAV possa ser totalmente afastada pelas partes.

152 Cf. DIAMVUTU, Lino, *A Convenção de Arbitragem no Direito Angolano*, p. 124.

153 Cf. arts. 14.º, 21.º n.º 2, 36.º n.º 2, 34.º n.º 1, da LAV.

154 Cf. GONÇALVES, Manuel, VALE, Sofia e DIAMVUTU, Lino, *Lei da Arbitragem Comentada*, p. 57, nota 8.

155 Cf. art. 41.º, da LAV.

156 Cf. art. 40.º, da LAV.

157 a) as partes numa convenção de arbitragem tiverem, no momento da conclusão da convenção, os seus estabelecimentos em Estados diferentes; b) lugar da arbitragem, o lugar da execução de uma parte substancial das obrigações resultantes da relação jurídica de que emerge o conflito ou lugar com o qual o objeto do litígio tenha uma relação mais estreita se encontre situado fora do Estado no qual as partes têm o seu estabelecimento; c) as partes tiverem convencionado expressamente que o objeto da convenção de arbitragem tem conexão com mais de um Estado.

158 Cf. art. 40.º, da LAV.

Neste sentido, no ordenamento jurídico angolano predomina o critério da autonomia privada quanto ao direito adjetivo aplicável à arbitragem internacional. Dizer ainda que se aplica de forma subsidiária o critério da territorialidade (ou da sede da arbitragem) quando as partes não afastam expressamente a LAV. Caso as partes afastem, por completo, a aplicação da LAV, a sentença proferida em determinado processo arbitral deve ser considerada como estrangeira¹⁵⁹.

A arbitragem nos termos do Regulamento da CNUDCI é uma arbitragem semi-organizada, a meio caminho entre uma arbitragem institucional e uma arbitragem ad hoc, tendo, assim, as partes, uma maior liberdade na constituição do tribunal arbitral, na fixação do lugar da arbitragem e das regras processuais. O sistema implementado pela CNUDCI aparenta estar entre uma arbitragem ad hoc e uma arbitragem institucional porque as partes, através de uma cláusula compromissória, limitam o regulamento¹⁶⁰.

3.1.3. LÍNGUA

As partes podem, por acordo, escolher livremente a língua ou línguas a utilizar no processo arbitral e, não havendo acordo, o Tribunal Arbitral determina a língua a ser aplicada no processo¹⁶¹. Tendo as partes a mesma língua, este problema não se levanta. A aplicação de duas línguas no processo arbitral acarreta custos altos. Assim, sempre que for possível, as partes devem evitar utilização de duas ou mais línguas, devendo assim acordar por declaração escrita, procedimento oral, em qualquer sentença, decisão ou comunicação do tribunal arbitral, apenas a utilização de uma língua. O legislador angolano segue as regras do Regulamento da Câmara de Comércio Internacional de Paris (CCI) que estabelece que, na falta de

159 Cf. DIAMVUTU Lino, *A convenção de Arbitragem no Direito Angolano*, p. 125.

160 Cf. DIAMVUTU, Lino, *Conteúdo da Convenção Arbitral no Direito Angolano*, pp.125-127.

161 Cf. art. 42.º nº 1, da LAV.

acordo das partes sobre o idioma ou idiomas, o tribunal decide levando em consideração todas as circunstâncias relevantes, incluindo o idioma do contrato¹⁶². Relativamente ao CNDCl, nos termos do artigo 19.º, na falta de acordo das partes, cabe ao árbitro escolher o idioma a ser utilizado na arbitragem¹⁶³.

O legislador angolano entende que, não havendo acordo à língua da arbitragem, cada uma deve utilizar a sua própria língua¹⁶⁴.

Acontece que, tal facto acarreta custos muitos elevados à arbitragem, com a contratação de intérpretes para tradução de peças processuais em várias línguas¹⁶⁵.

3.1.4. DIREITO APLICÁVEL

Relativamente à arbitragem internacional, o nosso legislador consagra que o tribunal arbitral decide o litígio de acordo com a lei escolhida pelas partes, para ser aplicada ao fundo da causa¹⁶⁶.

Em observância ao princípio da autonomia privada, as partes têm a prerrogativa de escolher a lei aplicável ao mérito em função a internacionalidade do contrato¹⁶⁷.

¹⁶² Cf. art. 20.º do Regulamento da CCI.

¹⁶³ Cf. DIAMVUTU, Lino, *A convenção de arbitragem no Direito Angolano*, p.127.

¹⁶⁴ Cf. DIAMVUTU, Lino, *Conteúdo da Convenção Arbitral no Direito Angolano*, p.128.

¹⁶⁵ Cf. DIAMVUTU, Lino, *A convenção de Arbitragem no Direito Angolano*, p.128.

¹⁶⁶ Cf. art. 43.º nº1, da LAV.

¹⁶⁷ Cf. GONÇALVES, Manuel, VALE, Sofia e DIAMVUTU, Lino, *Lei da Arbitragem Comentada*, p.144.

Quando as partes escolhem a lei de um país para regular as suas relações, a escolha refere-se a uma lei material, substantiva daquele país e não às suas regras de conflitos de leis¹⁶⁸.

O ordenamento jurídico angolano só permite às partes escolherem uma lei de um determinado país, não propriamente da *lex mercatoria* ou dos princípios gerais do direito^{169,170}.

A *lex mercatoria* não é uma verdadeira ordem jurídica. Um sistema jurídico deve conter respostas para todas questões que surjam dentro do âmbito que visa regular¹⁷¹. Não existindo normas para a solução de determinadas questões que apresenta um determinado sistema jurídico deve ter critério quer pelo recurso à analogia, quer aos princípios gerais ou à regra que o próprio intérprete criará. Não são só exemplos, mas sim, conhecidas regras de carácter costumeiros sobre a capacidade, os vícios de consentimento, os prazos de prescrição dos direitos, entre outros¹⁷².

As partes podem convencionar de forma a que o tribunal arbitral possa resolver o litígio, segundo a equidade¹⁷³. Em qualquer caso¹⁷⁴, o Tribunal arbitral reserva usos e costumes do comércio internacional numa função interpretativa dos negócios jurídicos, por estipular expressamente: “Em qualquer dos casos, o Tribunal toma em conta os usos e costumes do comércio internacional aplicável a convenção de arbitragem”¹⁷⁵.

168 Cf. art. 43.º n.º 2.º, da LAV.

169 Cf. DIAMVUTU, Lino, *A convenção de Arbitragem no Direito Angolano*, p.129.

170 O primeiro acórdão sobre o mérito da causa em processo arbitral instaurado em Angola foi o caso SOFOMIL. Lda. vs. ABAMAT-UEE.

171 Cf. GONÇALVES, Manuel, VALE, Sofia e DIAMVUTU, Lino, *Lei da Arbitragem Comentada*, p.144.

172 Cf. DIAMVUTU, Lino, *A convenção de Arbitragem no Direito Angolano*, p.129.

173 Cf. art. 4.º n.º 4.º, da LAV.

174 Cf. art. 4.º n.º 5, da LAV.

175 Cf. DIAMVUTU, Lino, *A convenção de Arbitragem no Direito Angolano*, p. 129.

Na falta de designação pelas partes¹⁷⁶, o tribunal arbitral aplica o direito resultante da regra de conflito de leis que julgue mais apropriado. Não tendo o juiz arbitral uma *lex fori*, aplicará as regras que se lhe afigurem substancialmente mais adequadas à natureza da questão jub judice, independentemente da sua consagração positiva num dos sistemas jurídicos conexcionados com o litígio¹⁷⁷.

Conclui-se, assim, que as partes podem escolher a lei do Estado que não tenha nenhuma relação com a hipótese concreta. O legislador não estabelece qualquer exigência no sentido de condicionar a escolha da lei aplicável, a uma conexão objetiva entre a lei escolhida pelas partes e a relação por elas criadas¹⁷⁸.

3.1.5. A SEDE

As partes, por acordo na convenção de arbitragem, devem determinar a sede das arbitragens, visto que este é o lugar onde será realizada a arbitragem.

É a sede da arbitragem onde os árbitros irão verificar a arbitrabilidade do litígio, e a determinação da lei a ser aplicável na falta de acordo das partes. A escolha da sede da arbitragem deve ser feita atendendo à lei mais favorável à arbitragem em si, o que passará pela consideração do local onde a decisão deva ser executada¹⁷⁹.

Ainda quanto ao conteúdo da convenção de arbitragem, o legislador angolano estabelece que, tratando-se de uma arbitragem interna, as partes podem, na convenção de arbitragem, acordar a exclusão de recurso das

¹⁷⁶ Cf. art. 4.º n.º3, da LAV.

¹⁷⁷ Cf. VICENTE, Dário Moura, *A Manifestação do Consentimento na Convenção de Arbitragem*, p. 236.

¹⁷⁸ Cf. DIAMVUTU, Lino, *A convenção de Arbitragem no Direito Angolano*, p. 130.

¹⁷⁹ Cf. DIAMVUTU, Lino, *A convenção de Arbitragem no Direito Angolano*, p. 130.

decisões arbitrais¹⁸⁰. Ao contrário das decisões resultantes da arbitragem internacional, a regra é que as decisões do tribunal arbitral são vinculativas e finais para as partes, não havendo lugar a impugnação (quer através de recurso ou de anulação). Não sendo assim, suscetível de impugnação, a decisão arbitral transita em julgado¹⁸¹.

O legislador angolano estabelece que a arbitragem internacional, no âmbito da autonomia da vontade das partes¹⁸², pode convencionar o recurso à arbitragem das sentenças proferidas em arbitragens internacionais. Para o efeito, o nosso legislador entende que a possibilidade de recurso da decisão arbitral, com base na arbitragem internacional, deve preencher os seguintes requisitos: a possibilidade das partes em terem estabelecido por escrito, na convenção de arbitragem, através da cláusula compromissória ou compromisso arbitral, no recurso; a indicação do tribunal que irá apreciar o recurso, sendo o Tribunal Supremo ou a constituição de um tribunal arbitral ad hoc para reapreciar o recurso; e, por último, quando as partes preveem em que condições específicas é que o recurso poderá ser admitido¹⁸³.

Relativamente aos elementos do conteúdo da convenção de arbitragem nos contratos multipartes, de contratos múltiplos ou de cláusulas arbitrais escalonadas, o ordenamento jurídico angolano segue as Diretrizes da International Bar Association (IBA) para a Redação de Cláusulas de Arbitragem Internacional^{184,185}.

180 Cf. art. 44.º, da LAV.

181 Cf. art. 28.º n.º6, do Regulamento da CCI.

182 Cf. 2.ª parte do art. 28, do Regulamento da CCI.

183 Cf. GONÇALVES, Manuel, VALE, Sofia e DIAMVUTU, Lino, *Lei da Arbitragem Comentada*, p.129.

184 Tem a finalidade de auxiliar as partes na formulação correta de uma convenção arbitral para que, tal convenção não seja uma fonte de problemas e não atrase o processo arbitral.

185 Cf. DIAMVUTU, Lino, *A convenção de Arbitragem no Direito Angolano*, p.121.

O legislador angolano estabelece ainda o regime das cláusulas gerais dos contratos¹⁸⁶. Estabelece que, nas relações com consumidores finais, é proibida a utilização de certas cláusulas arbitrais¹⁸⁷, que prevejam modalidades de arbitragem que não asseguram as garantias processuais¹⁸⁸ sub-pena de nulidade¹⁸⁹.

No ordenamento Jurídico angolano, nas relações com consumidores finais, proíbe-se cláusulas que estabeleçam injustificadamente um foro da arbitragem, causando graves inconveniências para uma das partes¹⁹⁰. Assim, os contratos sujeitos ao regime das cláusulas contratuais gerais e celebrados no âmbito de relações com consumidores finais, podem prever a possibilidade de intervenção de um tribunal arbitral, para resolução de conflitos entre as partes, mas não podem atribuir competência exclusiva a um tribunal arbitral, sob pena da respetiva cláusula ser nula, por limitar ou excluir a possibilidade de tutela jurisdicional^{191,192}.

Assim, não será correto quando o conteúdo da cláusula compromissória nas relações com consumidores finais contenha a seguinte redação: “Todas as interpretações e resoluções de conflito resultantes do presente contrato serão da competência exclusiva de um tribunal arbitral a constituir¹⁹³. Ao contrário, segundo o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 3 de março de 2005, quando as partes sujeitas ao regime de cláusulas contratuais gerais, celebrados no âmbito de relações com consumidores finais, não preveem a atribuição de competência exclusiva a um tribunal

186 Cf. Lei nº 4/02, de 18 de fevereiro (Lei sobre as Cláusulas Gerais dos Contratos).

187 Cf. art. 12.º, Lei nº 4/03, de 18 de fevereiro.

188 Cf. arts. 13.º al.h) e 14.º, da Lei nº 4/03, de 18 de fevereiro.

189 Cf. arts. 15.º e 17.º, da Lei nº 4/03, de 18 de fevereiro.

190 Cf. art. 11.º al. g), da Lei 4/03, de 18 de fevereiro.

191 Cf. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 04-03-2005, sobre Preterição do Tribunal Arbitral.

192 VICENTE, Dário Moura, *A Manifestação do Consentimento na Convenção de Arbitragem*, p. 998(www.fd.unl).

193 Cf. Lei nº 16 /03, de 25 de julho (Lei da Arbitragem Voluntária).

arbitral, para apreciar determinado objeto ou quando a cláusula compromissória assegura as garantias do procedimento prevista na lei, deve assim ter a seguinte redação: “Todas as interpretações e resolução de conflitos do presente contrato serão da competência exclusiva de um tribunal arbitral a constituir nos termos Lei da Arbitragem Voluntária¹⁹⁴.”

O referido tribunal funcionará em Luanda e julgará de acordo com a legislação angolana observando-se a forma de um processo ordinário”. Assim, seria gravemente inconveniente para uma empresa angolana, de pequena dimensão, no âmbito de contrato de compra e venda celebrado com a outra empresa angola, determinar que a arbitragem teria lugar em Portugal, sendo conduzida de acordo com as regras da CCI, atentos os custos de deslocação e de estadia em Portugal que teria que suportar¹⁹⁵.

4. O CONTEÚDO DA CONVENÇÃO NO CREL

Posto isto, passaremos a analisar o conteúdo da cláusula compromissória da Arbitragem no CREL, visto ser um dos objetos de estudo do nosso trabalho. O CREL foi institucionalizado¹⁹⁶, tendo como objetivo a resolução extrajudicial de litígio dentre os quais a arbitragem.

Porém, as convenções de arbitragem apresentadas pelas partes não conferiam competência ao CREL para administrar a arbitragem. Por esta razão, até à conclusão do meu estágio, o CREL nunca realizou nenhuma arbitragem. Tal facto, seria possível caso a cláusula compromissória fosse redigida com o seguinte conteúdo:

“Todos os litígios emergentes deste contrato ou com ele relacionados, serão definitivamente resolvidos através de arbitragem, e sem recurso, de acordo

194 Cf. Lei nº 16 /03, de 25 de julho (Lei da Arbitragem Voluntária).

195 Cf. GONÇALVES, Manuel, VALE, Sofia e DIAMVUTU, Lino, *Lei da Arbitragem Comentada*, p. 52.

196 Cf. art. 45.º, da LAV.

com o Regulamento de Arbitragem do CREL- Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos”.¹⁹⁷

Quando assim não acontece, o CREL apenas sugere às partes para celebração de um compromisso arbitral, a fim de lhe conferir competência para decidir o litígio, não havendo acordo das partes, compete à referida instituição arquivar a proposta da arbitragem.

O conteúdo da convenção de arbitragem em Angola, não difere de outros ordenamentos jurídicos, visto que também exige que o seu conteúdo seja suficientemente determinado na convenção de arbitragem. Assim, os litígios a submeter ao juízo arbitral devem estar expressos no compromisso arbitral ou na cláusula compromissória, a cláusula compromissória devem especificar os factos jurídicos que emergem da relação litigiosa e, no compromisso arbitral, devem determinar o objeto do litígio ou proceder de outro modo, desde que seja possível a sua determinação, sob pena de nulidade dessa mesma convenção de arbitragem¹⁹⁸.

Na prática, verificou-se que o CREL nunca constituiu um tribunal arbitral para apreciar a validade da convenção de arbitragem, em observância ao princípio da competência-competência¹⁹⁹. O que tem ocorrido é que, diante duma convenção de arbitragem apresentada pelas partes, é convidada a outra parte para lavrarem um compromisso arbitral. Infelizmente, a demandada nunca manifestou tal interesse, levando, por esta razão, ao arquivamento de muitos processos.

O princípio da competência-competência²⁰⁰ é consagrado em todas as legislações nacionais e internacionais sobre a arbitragem, em que estabelece que é o tribunal arbitral que tem que pronunciar-se sobre a sua

197 Cf. VALE Sofia, professora da Faculdade de direito da Universidade Agostinho Neto Angola, “*Como bem redigir uma cláusula arbitral*”

198 Cf. art. 4.º n.º 1 al. b), c) e d), da LAV.

199 Cf. art. 31.º n.º 1, da LAV.

200 Cf. art. 18.º, da LAV portuguesa.

própria competência²⁰¹. Caso o tribunal arbitral se considere competente para decidir, o tribunal estadual só poderá apreciar a competência depois de proferir a decisão do tribunal arbitral, e em sede de anulação da decisão arbitral²⁰².

Se uma das partes ignora a convenção de arbitragem e intentar uma ação judicial, a outra parte pode evocar exceção dilatória de preterição de tribunal arbitral voluntário²⁰³, conforme recomenda ALMEIDA²⁰⁴.

Segundo o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 10 de fevereiro de 2009, a procedência da exceção de preterição ao tribunal arbitral não implica o julgamento da competência do tribunal arbitral mas tão somente o julgamento da existência de uma convenção de arbitragem não manifestamente nula e, eventualmente, aplicável ao caso concreto.

No mesmo entendimento, os acórdãos do Tribunal da Relação de Coimbra, de 5 de fevereiro de 2013, e do Supremo Tribunal de Justiça, de 10 de março de 2011, ao apreciar a referida exceção dilatória, apontam que devem os tribunais judiciais atuar com reservas e contenção, de modo a reconhecer ao tribunal arbitral prioridade na apreciação da sua competência. Referem ainda que apenas lhes cabem fixar, de imediato e em primeira linha, a competência dos tribunais estaduais para a composição do litígio que uma das partes lhes pretende submeter quando, mediante juízo perfunctório, for patente, manifesta e insuscetível de controvérsia seria a nulidade, ineficácia ou inaplicabilidade da convenção de arbitragem invocada.

A falta de determinação do conteúdo da convenção de Arbitragem é o tema que na prática me deparei. Deste modo, as partes ao redigir a convenção de arbitragem devem ter atenção ao seu conteúdo. Os requisitos tidos por

201 Cf. art. 31.º n.º 1, da LAV.

202 Cf. arts. 31.º, 34.º da LAV.

203 Cf. arts. 493.º e 494.º, do CPC.

204 Cf. ALMEIDA, Carlos Ferreira, *Convenção de arbitragem - conteúdo e efeitos*, p.93.

essenciais são: i) arbitragem institucional ou ad hoc, ii) regras processuais aplicáveis à arbitragem vs regras materiais aplicáveis ao contrato/litígio; iii) âmbito da arbitragem iv) sede da arbitragem" v) número de árbitros e a forma de nomeação /substituição vi) língua do processo²⁰⁵.

²⁰⁵ Cf. MARTINS, Sofia, *A Redação de Cláusulas Arbitrais: riscos a prevenir. In VII Congresso do Centro de Arbitragem Comercial*. Coimbra, Almedina, 2014. p.16 .

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÃO FINAL

A Constituição da República de Angola prevê os novos Meios de Resolução Extrajudicial de Litígio, acompanhando deste modo, a dinâmica do atual mundo global. Assim, o legislador angolano achou por bem materializar as novas formas de resolução extrajudicial de conflitos, com vista a garantir a proteção e o exercício dos direitos dos cidadãos e o acesso ao direito e à justiça.

Tendo sido criado por Decreto executivo nº 230/14, de 27 de junho, que aprova o regulamento do CREL, o Decreto Executivo n.º 244/14, de 4 de julho, o CREL é uma instituição que tem a função de promover e divulgar os novos meios de resolução extrajudicial de litígios em Angola de carácter patrimonial. Isto dá-se através da mediação e arbitragem, que lhe são confiadas pelas partes e advogados, garantindo assim, a diminuição de custos e celeridade na resolução dos diferendos.

Por este facto, foram-me orientadas tarefas ligadas ao secretariado do CREL, o que me permitiu acompanhar o modo como a mediação e a arbitragem se processam. Inicialmente, auxiliei os advogados do Centro a prestarem consulta jurídica, a organizar os processos para serem submetidos a mediação e realizei a análise das diversas cláusulas arbitrais com propostas para arbitragem. Verifiquei que a redação dos conteúdos eram muitos deficientes, visto que não observavam os requisitos do conteúdo da convenção arbitral nomeadamente sede, regras processuais, o prazo em que a sentença deve ser proferida, abstenção de recurso para os tribunais judiciais, nomeação de árbitros e forma de designação, tendo por isso concordado com a posição da direção do CREL, quanto ao arquivamento dos processos. Esta concordância dá-se, atendendo a que nunca se poderia administrar arbitragem, por existir incompetência do

tribunal para dirimir o litígio, salvo se as partes aceitassem celebrar um compromisso arbitral.

As partes e os advogados, ao redigir o conteúdo da convenção de arbitragem, quer seja na modalidade de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, devem remeter para o regulamento do CREL. Assim, estariam a acautelar uma série de regras fundamentais para facilitar o desenrolar do processo arbitral, evitando o arquivamento dos processos por incompetência do tribunal arbitral, porque a convenção arbitral era inexistente ou inválida.

Relativamente à experiência do estágio, foi de certa forma comprometido, porque tive pouca experiência prática nos processos de arbitragem assim como os de mediação. Quanto à arbitragem houve total ausência de realização de processos de arbitragem, ao passo que na mediação, não obstante existir especialistas, infelizmente não fui autorizada a assistir às sessões de mediação, alegando os responsáveis a observância ao princípio da confidencialidade. Tal facto, é de lamentar, porque o princípio da confidencialidade seria respeitado, visto que a minha participação nas sessões de mediação apenas seriam de interesse profissional, tal como vem ocorrendo com os estagiários da Ordem dos Advogados de Angola, tendo em conta o protocolo do CREL com a Ordem dos Advogados.

Sugere-se que, futuramente, a UNL celebre um protocolo com o CREL, relativamente à realização de estágio curricular.

Para além disto, com vista a melhorar a dinâmica do CREL, no que diz respeito aos processos de arbitragem, recomenda-se que as Faculdades de Direito introduzam nos seus conteúdos programáticos, disciplinas como a mediação e a arbitragem. Assim, os advogados estagiários quando se confrontassem com essas disciplinas nas formações lecionadas pela Ordem dos Advogados de Angola, não que se trata de uma nova novidade.

CONCLUSÕES

Outrossim, seguindo o ditado que “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, deveria continuar a divulgar o CREL, através de formações e conferências, direcionadas aos magistrados, advogados, classes empresarias em todo o país. A divulgação passaria por publicitar que o CREL atua na existência de um conflito de natureza patrimonial, com vista a evitar-se as demandas do tribunal para dirimir o conflito.

Também recomendo que o CREL passe a emprestar as suas instalações, para as arbitragem ad hoc, quando assim, fosse solicitado. Do meu ponto de vista, isto ajudaria a promover os seus serviços de arbitragem institucional.

O estágio não correspondeu totalmente às minhas expectativas iniciais, quanto à vertente prática. Não obstante a isto, considero ter sido útil porque permitiu conhecer o modo de funcionamento administrativo do CREL, bem como os seus funcionários, que de certa forma, me passaram alguns conhecimentos, que serão de grande relevância para a minha atividade profissional e pessoal.

Acredito que, a mediação e arbitragem são meios certos de resolução alternativa de litígios, tendo em conta as suas características de flexibilidade e celeridade, e por isso deveriam ser mais aproveitados pelos especialistas de direito da praça angolana.

CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Ferreira de, *Convenção de Arbitragem: Conteúdos e Efeitos*. In I Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa. Coimbra, Almedina, 2008, p. 84 -93.

BARTOLOMEU, Correia Fernandes, *Arbitragem Voluntária como Meio Extrajudicial de Resolução de Conflitos em Angola*. Coimbra, Almedina, 2014.

BARROCA, Manuel Pereira, *Manual de Arbitragem*. Coimbra, Almedina, 2013.

BARROCA, Manuel Pereira, *Estudos de Direito e Prática arbitral*. Coimbra, Almedina, 2017.

BARROCAS, Manuel Pereira, *Lei da Arbitragem Comentada* (2.^a ed). Coimbra: Almedina, 2013.

BORGES, Carla Gonçalves e GALVÃO, Ricardo Neto, *A Extensão da Convenção de Arbitragem a Não Signatários*. In VI Congresso do Centro de Arbitragem Comercial. Coimbra, Almedina, 2013.

CARAMELO, António Sampaio, *Temas de Direito da Arbitragem*. Coimbra, Coimbra Editora, 2014.

CORDEIRO, António Menezes, *Tratado de Direito Civil*, Tomo II. Coimbra, Almedina, 2017.

CORDEIRO, António Menezes, *Tratado da Arbitragem – Comentário à Lei 63/2011 de 14 de Dezembro*. Coimbra, Almedina, 2015.

DIAMVUTU, Lino, *Poderes do Tribunal Arbitral na apreciação da própria Competência*. In IV Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa. Coimbra, Almedina, 2011.

DIAMVUTO, Lino, *A convenção de arbitragem no Direito angolano*. Coimbra, Almedina, 2016.

GOUVEIA, Mariana França, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*. 3.^a Edição. Coimbra, Almedina, 2014.

GOUVEIA, Mariana França (Coord.), *Análise a jurisprudência*. Coimbra, Almedina, 2014.

GONÇALVES, Sofia Vale e DIAMVUTU, Lino, *Lei da arbitragem comentada – Angola*. Coimbra, Almedina, 2013.

GONÇALVES, Manuel e VALE, Sofia, *Como bem redigir uma cláusula arbitral*. Disponível em:
https://www.academia.edu/18872730/COMO_BEM_REDIGIR_UMA_CL%C3%81USULA_ARBITRAL_2015_

MACHADO, José Carlos Soares e GOUVEIA, Mariana França, *Resolução Alternativa de Litígios*. Coimbra, Almedina, 2014.

MARTINS, Sofia, *A Redação de Cláusulas Arbitrais: riscos a prevenir*. In VII Congresso do Centro de Arbitragem Comercial. Coimbra, Almedina, 2014.

PINHEIRO, Luís de Lima, *Arbitragem Transnacional – A Determinação do Estatuto da Arbitragem*. Coimbra, Almedina, 2005.

VICENTE, Dário Moura, *Da arbitragem Comercial Internacional - Direito Aplicável ao mérito da causa*. Coimbra, Coimbra Editora, 1990.

VICENTE, Dário Moura, *A Manifestação do Consentimento na Convenção de Arbitragem*. Coimbra, Almedina, 2002.

JURISPRUDÊNCIA

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 10 de fevereiro de 2009.

Acórdãos do Tribunal da Relação de Coimbra, de 5 de fevereiro de 2013 e Supremo Tribunal de Justiça de 10 de março de 2011.

REFERÊNCIAS ELETRÓNICAS

<https://fd.uan.academia.edu/SofiaVale>

https://www.researchgate.net/profile/Sofia_Vale3

<http://ssrn.com/author=1994479>

<http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Diamvutu-Lino>.

[http:// WWW.FD.UNL](http://WWW.FD.UNL).